



Relatório e Contas



Transportes Intermodais do Porto

TIP – Transportes Intermodais do Porto, A.C.E.

Av. Fernão de Magalhães, 1862 – 9º

4350-158 Porto

Telef. 225071172 - Fax 225071110

Pessoa Coletiva n.º 506 240 266

Registado sob o n.º 506 240 266 na 2.ª Secção da Conservatória do Registo Comercial do Porto

Capital Social 30.000 euros



ÍNDICE

Mensagem do Presidente do Conselho de Administração	4
Relatório de Gestão	6
1. Números da Intermodalidade	7
2. Factos relevantes em 2016	8
2.1. Evolução da Utilização do Sistema de Transportes Públicos na Área Metropolitana do Porto	8
2.2. Alterações da Rede Intermodal	10
2.3. Alterações Tarifárias	11
2.4. Alteração na Rede de Vendas	11
2.5. Evolução do Sistema de Bilhética Intermodal Andante	11
3. O sistema intermodal Andante	13
3.1. Caraterização da rede	13
3.2. Caraterização dos títulos comercializados	14
4. Atividade Comercial 2016	17
4.1. Validações	17
4.2. Quantidades Vendidas	20
4.3. Receita Intermodal	21
4.4. Comunicação com o cliente	23
5. Auditorias à Atividade do TIP	27
5.1. Inspeção Geral de Finanças	27
6. O TIP e os seus Colaboradores	28
6.1. Estrutura Organizacional	28
6.2. Recursos Humanos	29
7. O TIP e as suas Agrupadas	30
7.1. Estrutura Societária	30
7.2. Composição dos Órgãos Sociais	30
7.3. Modelo de Governo do TIP	33
8. Obrigações de Reporte enquanto Membro do Setor Empresarial do Estado	33
9. Desempenho Económico e Financeiro	42
9.1. Proposta de Aplicação dos Resultados	47
Perspetivas para 2017	48
Contas do Exercício de 2016	54
Anexos	81
Certificação Legal das Contas e Relatório de Auditoria	99

MENSAGEM DO PRESIDENTE DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Durante o exercício de 2016 verificaram-se importantes modificações no quadro organizativo do setor dos transportes, com reflexos sensíveis no posicionamento e funcionamento do TIP – Transportes Intermodais do Porto, ACE. Assume particular relevância, a transferência das funções de autoridade de transportes para a Área Metropolitana do Porto (AMP), conjuntamente com o Estado Português, processo que veio estabelecer um novo modelo de relacionamento entre os diversos atores, no qual temos vindo a colaborar ativamente. Neste âmbito, foi estabelecido um Protocolo de colaboração com a AMP, a que se seguiu a definição das Bases Gerais de Adesão ao Sistema Intermodal Andante, documento que, em conjunto com os Contratos de Adesão de cada um dos operadores, permitiu substituir o Acordo Intermodal Andante, até então em vigor, estabelecendo, deste modo, uma base jurídica e funcional ajustada ao quadro normativo atual, clarificando as funções de cada uma das entidades envolvidas e facilitando a desejada expansão do Sistema Intermodal Andante (SIA).

No quadro das suas atribuições enquanto gestor do sistema de bilhética intermodal, o TIP realizou, durante o ano de 2016, uma análise sobre a evolução pretendida neste domínio, tendo lançado um projeto de bilhética desmaterializada, designado “anda”, que reputamos de estrutural, cujo objetivo consiste na simplificação da utilização do SIA pelos seus clientes, recorrendo à utilização de *smartphones*. As metas estabelecidas para o projeto-piloto, consistem em permitir que os clientes apenas façam a validação no seu telemóvel antes de efetuarem cada viagem. Posteriormente, o novo sistema analisa as deslocações realizadas durante um determinado período temporal e calcula o valor mínimo a pagar pelo cliente. Merecem aqui particular referência não apenas a Faculdade de Engenharia da Universidade do Porto, parceiro tecnológico deste projeto, mas também a AMP, pelo apoio que tem vindo a conceder desde a primeira hora para a concretização deste projeto, e sobretudo o Ministério do Ambiente cujo apoio financeiro através do Fundo Ambiental criou as condições económicas necessárias para levar a cabo esta iniciativa. De salientar que os resultados já obtidos no projeto-piloto nos concedem um elevado grau de otimismo relativamente à generalização do “anda” a todo o SIA, esperando que esta possa ocorrer no início de 2018.

Não obstante o sucesso das iniciativas desenvolvidas ao longo do ano, será também de destacar o processo incremental de alargamento do SIA, com a inclusão de um conjunto de 22 novas linhas rodoviárias no ano transato, tendo ocorrido, já em 2017, a extensão da rede da CP até à Trofa e existindo a expectativa de alargamentos adicionais no curto e médio prazos.

Em termos de desempenho económico e financeiro, o TIP continua a apresentar resultados muito animadores, tendo registado um EBITDA de 1,922 milhões de euros e um resultado líquido de 1,187 milhões de euros. Conscientes de que estes valores correspondem a um decréscimo relativamente ao ano anterior, a redução de performance está associada a operações não recorrentes registadas em 2015. Espera-se assim que, no presente exercício, venha a ser atingida uma situação líquida positiva, o que permitirá não apenas financiar novos desenvolvimentos do sistema de bilhética mas também reequacionar o quadro de relacionamento com os diversos operadores, na sequência do processo de reanálise do modelo de funcionamento que irá ser realizado.

Por último, importa agradecer a todos os que permitiram que o exercício de 2016 tenha decorrido da melhor forma, nomeadamente:

- Aos operadores aderentes, pela relação de confiança existente e pelo esforço que têm mantido em aumentar a qualidade do serviço prestado aos clientes do transporte público;
- Às empresas agrupadas pela colaboração prestada desde a constituição deste ACE, quer em termos de cedência de recursos quer na disponibilização dos recursos que foram necessários para chegarmos à situação presente;
- Às entidades com as quais o TIP tem um relacionamento institucional, nomeadamente ao Ministério do Ambiente e à Área Metropolitana do Porto, pela colaboração e pelo apoio que nos têm vindo a conceder, o qual tem constituído um importante estímulo ao desenvolvimento da atividade;
- Aos colaboradores do TIP pelo empenho e dedicação que sempre têm demonstrado, e sem os quais não teria sido possível atingir o elevado patamar de qualidade dos serviços que prestamos e que cada vez mais nos esforçamos por melhorar.

A todos transmito o nosso reconhecimento, sabendo que o ambiente de cooperação que fomos construindo nos permite ter a certeza do sucesso da nossa missão: melhor servir e aumentar a atratividade do transporte público na região que servimos.

Jorge Moreno Delgado

Presidente do Conselho de Administração

RELATÓRIO DE GESTÃO

1. Números da Intermodalidade

Validações totais do sistema Intermodal				
	2014	2015	2016	Δ 2015/2016
MP	57,09	57,91	58,15	0,43%
STCP	61,39	58,59	58,13	-0,79%
CP	4,06	4,21	4,42	4,85%
Operadores Rodoviários Privados	15,25	17,04	17,09	0,28%
(Unidade: milhões)	137,80	137,75	137,79	0,03%

Estrutura de validações por operador				
	2014	2015	2016	Δ 2015/2016
MP	41,4%	42,0%	42,2%	0,20 pp
STCP	44,5%	42,5%	42,2%	-0,30 pp
CP	2,9%	3,1%	3,2%	0,10 pp
Operadores Rodoviários Privados (8)	11,1%	12,4%	12,4%	0,00 pp

Utilização Títulos Transporte				
	2014	2015	2016	Δ 2015/2016
Títulos Viagem	1,32	1,30	1,29	-0,77%
Assinaturas totais	61,63	60,76	58,78	-3,26%
(Média Mensal) Assinaturas normais	62,18	61,09	57,43	-5,99%

Valor médio por validação				
	2014	2015	2016	Δ 2015/2016
Títulos de Viagem	1,00	1,02	1,03	0,98%
Títulos de Assinatura totais	0,48	0,49	0,50	2,04%
(Unidade: €) Títulos de Assinatura normal	0,58	0,59	0,63	6,78%

Quantidade de cartões vendidos				
	2014	2015	2016	Δ 2015/2016
Andante Azul	1 636,2	1 825,9	2 029,2	11,13%
Andante Gold	77,2	77,7	91,5	17,76%
(Unidade: milhares)	1 713,3	1 903,6	2 120,7	11,40%

Quantidade de títulos carregados				
	2014	2015	2016	Δ 2015/2016
Títulos de Viagem	26 254,8	26 449,1	26 734,0	1,08%
Títulos de Assinatura totais	1 659,8	1 683,8	1 735,6	3,07%
(Unidade: milhares) Títulos de Assinatura normal	652,2	654,7	690,6	5,49%

Peso Canal de Vendas				
	2014	2015	2016	Δ 2015/2016
MVAs rede MP	36,48%	36,33%	40,13%	3,80 pp
Payshop	40,24%	39,95%	17,38%	-22,57 pp
Pagaqui			15,44%	
Lojas Andante	11,92%	11,96%	13,26%	1,30 pp
CP Porto	3,62%	3,47%	3,71%	0,24 pp
STCP	1,02%	0,48%	0,03%	-0,45 pp
MVAs rede CP	2,67%	2,70%	3,26%	0,56 pp
SIBS	3,11%	4,07%	5,53%	1,46 pp
Privados	0,27%	0,26%	0,42%	0,16 pp
Revendedores	0,67%	0,77%	0,82%	0,05 pp

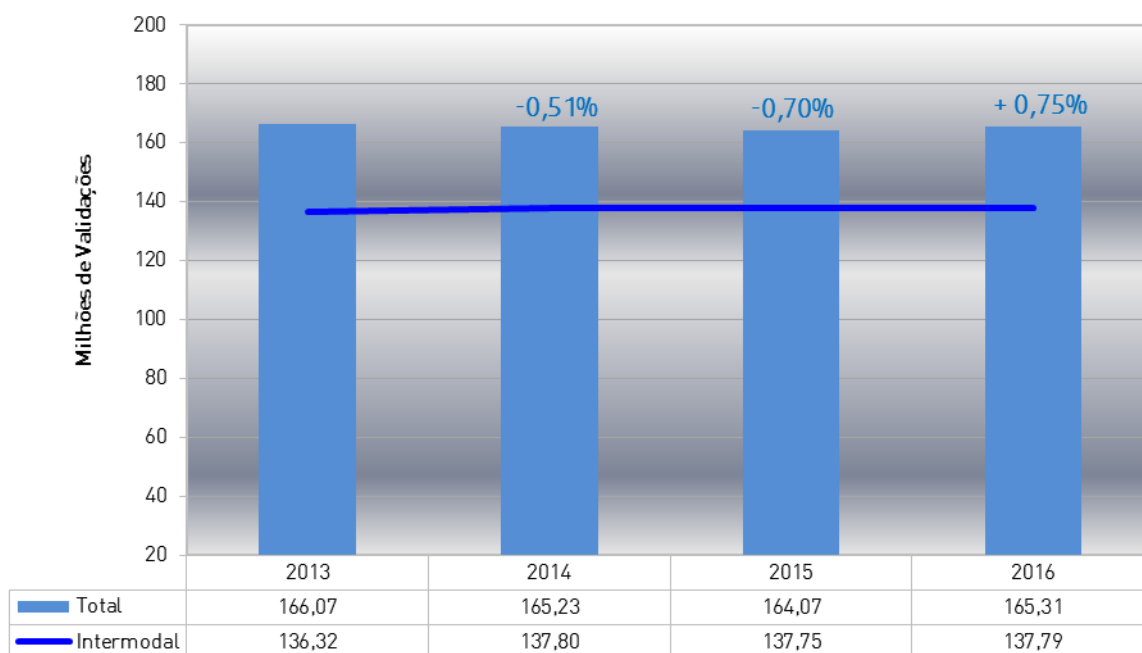
Resultados (em SNC)				
	2014	2015	2016	Δ 2015/2016
Operacionais	706,17	2 911,97	1 342,33	-53,9%
Financeiros	-204,54	-75,97	-154,89	-103,9%
Líquidos	499,60	2 835,38	1 187,34	-58,1%
(Unidade: milhares €) EBITDA	1 925,89	3 440,35	1 922,32	-44,1%

2. Factos relevantes em 2016

2.1. Evolução da Utilização do Sistema de Transportes Públicos na Área Metropolitana do Porto

O exercício de 2016 destaca-se pelo retomar da evolução positiva na utilização dos transportes públicos¹ da Área Metropolitana do Porto (AMP), registando um acréscimo de 0,75% no número total de validações (165,31 milhões de validações em 2015).

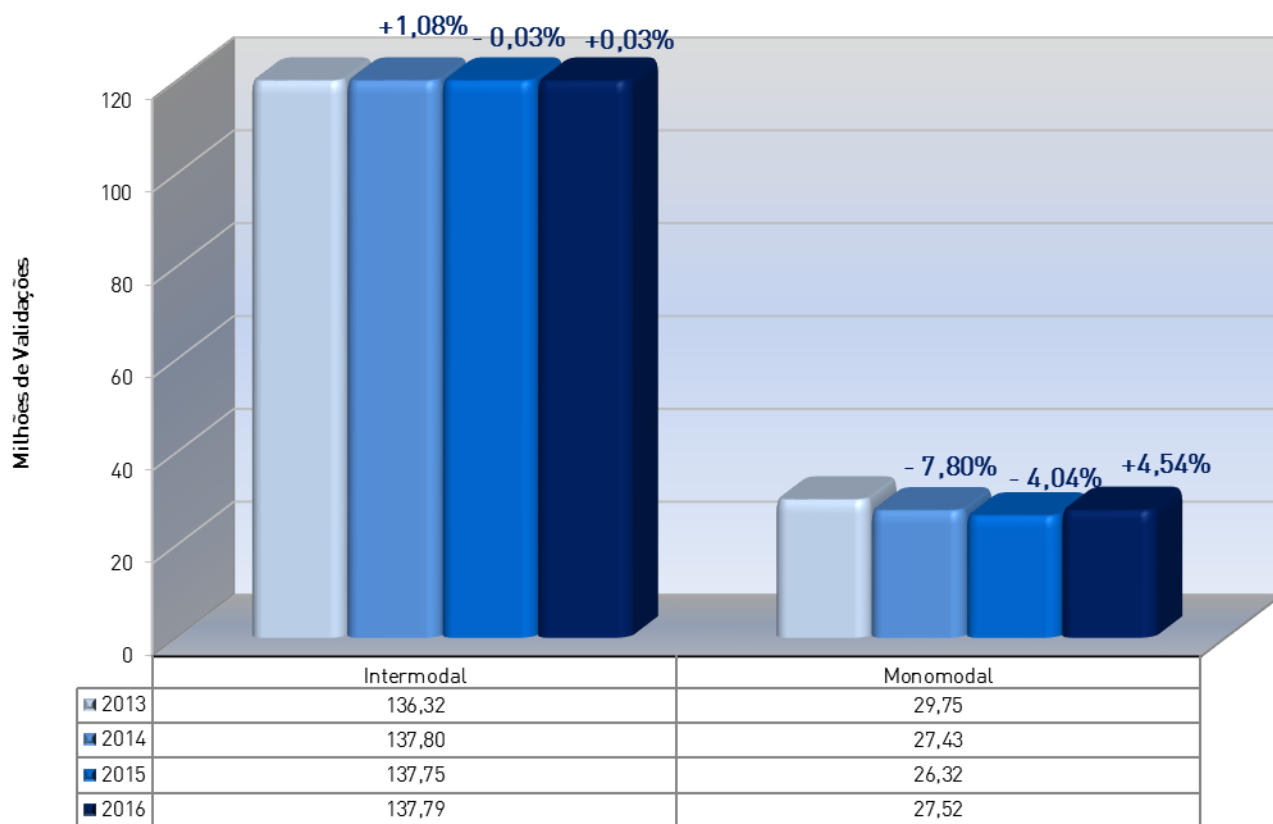
As validações de títulos intermodais Andante retomam a tendência de crescimento embora com uma ténue evolução 0,03%. Em 2016, as validações de títulos intermodais Andante totalizaram 137,79 milhões.



O Andante representou em 2016 aproximadamente 83,0% da utilização de transporte público, traduzindo, no entanto, um ligeiro decréscimo de 0,61 p.p. face a 2015, não obstante, se manter, de forma clara e inequívoca, a opção da maioria dos clientes da AMP pela intermodalidade.

¹ Considera-se neste ponto como procura de transporte público o conjunto dos passageiros que utilizam o tarifário intermodal Andante e as tarifas monomodais STCP e CP.

Validações Totais



O máximo absoluto mensal de validações intermodais ocorreu como habitualmente no mês de outubro, com aproximadamente 12,5 milhões de validações.

O maior volume diário de validações intermodais registou-se no dia 7 de dezembro de 2016, quarta-feira, com, aproximadamente, 553 mil validações.

2.2. Alterações da Rede Intermodal

A rede intermodal Andante incorporou, ao longo do ano de 2016, novas linhas de operadores já integrados, Nogueira da Costa, ETG – Empresa de Transportes Gondomarense, Maia Transportes, Espírito Santo e Resende, a saber:

- 2 maio 2016
 - Nogueira da Costa
 - ✓ 60 – Vermoim / Porto

- 1 outubro 2016
 - ETG – Empresa de Transportes Gondomarense
 - ✓ 4 – Porto / Valção (integração parcial Souto / Porto)
 - ✓ 5 – Gondomar (Souto) / Porto
 - ✓ 6 – Jovim (Pinheiro) / Porto (integração parcial Souto / Porto)
 - ✓ 7 – Broalhos / Porto (integração parcial Souto / Porto)
 - ✓ 8 – Porqueira / Porto (integração parcial Souto / Porto)
 - ✓ 14 – Aguiar de Sousa / Porto (integração parcial Souto / Porto)
 - ✓ 18 – Jovim / Porto (integração parcial Souto / Porto)
 - ✓ 19 – Porto / Santa Comba (integração parcial Porto / Mó)

 - Maia Transportes
 - ✓ 10 – Maia / Porto (integração parcial Águas Santas / Porto)
 - ✓ 11 – Ermesinde (estação CP) / S. Pedro Avioso
 - ✓ 30 – Vilar de Luz / Porto (integração parcial Milheirós / Porto)

 - Espírito Santo
 - ✓ 32 – Areinho / Porto (via Gervide)
 - ✓ 35 – Centro de Reabilitação / João de Deus
 - ✓ 40 – Freixieiro / Porto (via Gervide)

 - Resende
 - ✓ 104 – Lavra / Porto (Cordoaria)
 - ✓ 104N – Lavra / Porto (Cordoaria)
 - ✓ 118 – Gatões / Perafita
 - ✓ 119 – Aeroporto / Casa da Música
 - ✓ 124 – Hosp. Pedro Hispano / Hosp. Boa Nova
 - ✓ 130 – Paiço / Custiód

- ✓ 130N – Marshopping / Custiό

A entrada das novas linhas do operador Resende refletiu o alargamento das zonas ativas no Sistema Intermodal Andante, através da zona N1, sendo a cobertura atual de 27 zonas.

2.3. Alterações Tarifárias

Em 2016 o tarifário intermodal Andante manteve-se inalterado.

2.4. Alteração na Rede de Vendas

Em abril de 2016, verificou-se a substituição da rede de revendedores Payshop pelo Consórcio Pagaqui / OTLIS decorrente de este ter ganhado o Concurso Público “Rede de Vendas de Produtos geridos pelo TIP”. Após um período de sobreposição de dois meses entre as duas redes, a Pagaqui assumiu, em julho de 2016, o exclusivo deste canal de vendas com uma rede de cerca de 884 agentes.

No mês de abril, o Andante integrou na sua rede um novo revendedor – Douro Touristic Tours – para venda de títulos Tour (vencionados para turistas) na estação de metro da Trindade e na loja Terminal do Centro Comercial Gran Plaza.

A bilheteira CP de Valadares passou a integrar a rede de vendas Andante em setembro do mesmo ano.

2.5. Evolução do Sistema de Bilhética Intermodal Andante

Ao longo do exercício de 2016, o Sistema de Bilhética Intermodal Andante continuou a evoluir destacando-se a maior abrangência de equipamentos de validação próprios dos operadores rodoviários privados que aceitam o tarifário e os cartões Andante.

Foram instaladas 2 novas Máquinas de Venda Automática (MVA) na Estação da CP de São Bento e um validador adicional em Aveiro.

O ano de 2016 marcou também a utilização de forma massiva do cartão em papel com base no chip *Mifare Ultralight*, tendo sido também introduzido o chip CD21 nos cartões em PVC.

Ocorreram desenvolvimentos relevantes no sistema de bilhética, cuja implementação ocorreu no início de 2017, nomeadamente, os associados ao estabelecimento de um prazo de validade para os cartões (1 ano para os cartões de papel e 5 anos para os cartões em PVC), bem como a nova versão da bilheteira integrando novas funcionalidades que permitirão não só uma maior eficiência no atendimento, mas também uma melhoria significativa no processo de conferência de receita.

A mudança para a rede Pagaqui conduziu a um conjunto de trabalhos adicionais de especificação, testes e adaptações aplicacionais.

Importa também salientar que foi iniciada a atualização do sistema central de bilhética, numa primeira fase apenas o hardware do servidor principal, encontrando-se atualmente a infraestrutura de servidores assente numa arquitetura de virtualização.

3. O sistema intermodal Andante

3.1. Caracterização da rede

Zonas Intermodais em utilização	27
Operadores Aderentes	11
Linhas de Operadores Rodoviários	150
Estações de Operadores Ferroviários	100
Pontos de Venda *	1 152

* excluindo rede SIBS

- 27 zonas da rede intermodal Andante servidas pelos diferentes operadores aderentes
 - C1 a C11, C16, N1, N2, N3, N10, N11, N14, N15, N16, N17, S1, S2, S3, S7, S8, S9
- 11 operadores aderentes ao sistema intermodal
 - CP + MP + STCP + Resende + Valpi + ETG + Espírito Santo + Maia Transportes + MGC + Nogueira da Costa + Pacense
- 150 linhas de operadores rodoviários integradas
 - 72 STCP + 12 Resende + 8 Valpi + 29 ETG + 20 Espírito Santo + 4 Maia Transportes + 2 MGC + 2 Nogueira da Costa + 1 Pacense
- 100 estações de operadores ferroviários integradas
 - (81 MP + 19 CP)
- 1 152 pontos de venda de títulos intermodais
 - 10 Lojas Andante
 - Trindade, Campanhã, Casa da Música, Maia, Brito Capelo, General Torres, Senhora da Hora, Póvoa de Varzim, Hosp. S. João, Bom Sucesso
 - 240 Máquinas de Venda Automática
 - 198 MP + 42 CP (na área monomodal CP estão instaladas 40 máquinas de venda automática com possibilidade de venda intermodal pelo que a capacidade de venda instalada ascende a 82 MVA)
 - 13 Postos de Atendimento de Operadores Aderentes
 - 7 Postos CP: S. Bento, Campanhã, Ermesinde, Devesas, Espinho, Valadares e Trofa
 - 6 Postos Operadores Privados: Valpi, Resende, Maia Transportes, ETG, Espírito Santo (2)

- 884 Agentes Pagaqui
- 5 Revendedores: Loja da Mobilidade (CMP), Aeroporto (Turismo do Porto e Norte de Portugal), Revendedor Papelaria Vilar, Museu do Carro Elétrico e Douro Touristic Tours.
- Rede Multibanco em todo o país (não considerado no quadro acima referido).
- 1.751 Validadores instalados na área intermodal Andante (na área monomodal CP estão instalados 95 validadores pelo que a quantidade total de validadores em operação ascende a 1.846).

3.2. Caracterização dos títulos comercializados

3.2.1. Títulos Ocasionais

Válidos para o conjunto de anéis de zonas contados à volta da zona onde o cliente iniciou a viagem (o local onde fez a 1.ª validação) e até ao limite do número de zonas adquirido (Z2 se forem 2 anéis, Z3 se forem 3 anéis, ...).

- **Título de Viagem**

Permite viajar durante um determinado período de tempo consoante o número de anéis de zonas adquirido. Com exceção da validação inicial, nenhuma das validações adicionais efetuadas pelo cliente dentro desse período de tempo origina o desconto de uma viagem. O importante é, portanto, a hora e o local da 1ª validação.

O tempo permitido aumenta à medida que cresce o número de zonas adquiridas, como se explicita no quadro seguinte.

Títulos de Viagem	Validade Temporal
Z2	1h00m
Z3	1h00m
Z4	1h15m
Z5	1h30m
Z6	1h45m
Z7	2h00m
Z8	2h15m
Z9	2h30m
Z10	2h45m
Z11	3h00m
Z12	3h15m

- **Andante 24**

Permite viajar um número ilimitado de vezes no número de anéis de zonas adquirido durante 24 horas consecutivas após a 1ª validação.

- **Andante Tour**

Título de transporte vocacionado para o segmento de turistas.

Confere acesso a toda a rede intermodal Andante permitindo um número ilimitado de viagens durante as 24 horas (Andante Tour 1) ou as 72 horas (Andante Tour 3) consecutivas após a primeira validação.

O cartão Andante Tour não é recarregável.

3.2.2. Títulos de Assinatura Mensal

Válidos num conjunto específico de zonas selecionadas pelo Cliente, permitindo-lhe viajar um número ilimitado de vezes durante um mês de calendário.

- **Normal**

Título não subsidiado destinado ao público em geral.

- **Social**

- i. **25% desconto**

- **Social+**

- ✓ Reformados e Pensionistas.
 - ✓ Beneficiários do subsídio de desemprego e do subsídio social de desemprego.
 - ✓ Famílias.

- **Júnior / Estudante**

- ✓ Alunos até aos 25 anos de idade (inclusive) matriculados em cursos reconhecidos oficialmente de ensino primário, secundário, técnico-profissional, médio ou superior.

- **Sénior**

- ✓ Pessoas com idade igual ou superior a 65 anos.

- **Reformado-Pensionista**

- ✓ Pessoas pertencentes a agregados familiares cujo rendimento global não ultrapassa o salário mínimo nacional.

- **4_18 (B)**

- ✓ Beneficiários do Escalão "B" de Ação Social Escolar.

- 4_18 (F) / Sub23 (F)
 - ✓ Destina-se a estudantes das assinaturas 4_18 e Sub23 inseridos em famílias que cumpram o critério estabelecido na alínea c) do n.º 2 do artigo 3-A da portaria n.º272/2011, de 23 de Setembro, conforme alterada pela Portaria n.º 36/2012, de 8 de fevereiro (Passe Social +).

- ii. 50% desconto
 - Social+ (A)
 - ✓ Beneficiários do Rendimento Social de Inserção (RSI).
 - ✓ Beneficiários do Complemento Solidário de Idosos (CSI).

- iii. 60% desconto
 - 4_18 (A) / Sub23 (A)
 - ✓ 4_18 (A): Beneficiários do escalão "A" de Ação Social Escolar.
 - ✓ Sub23 (A): Beneficiários da Ação Social no Ensino Superior.

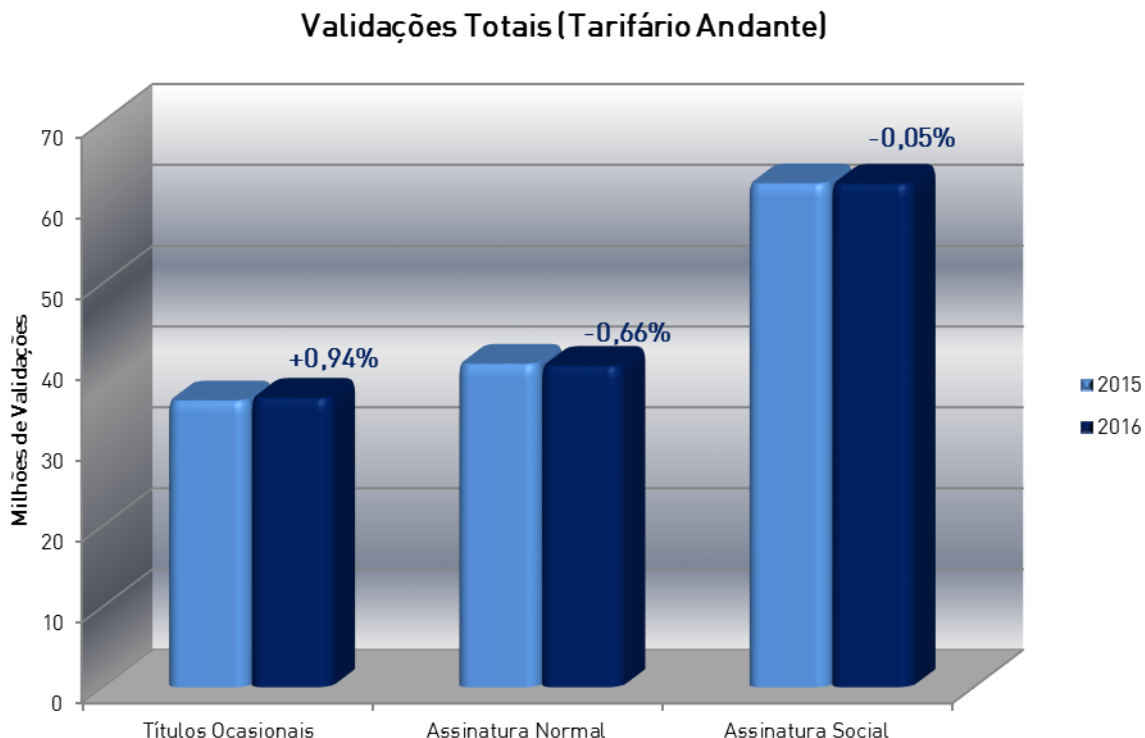
4. Atividade Comercial 2016

4.1. Validações

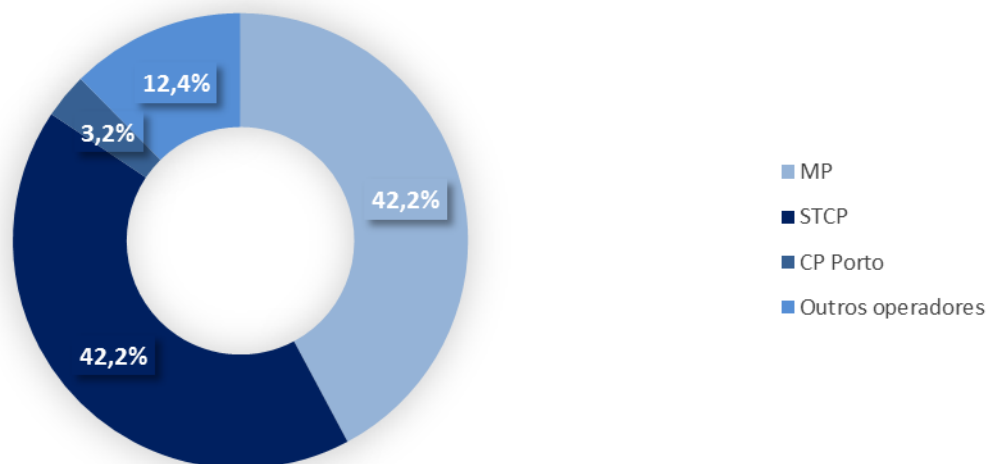
O exercício de 2016 apresenta um ligeiro acréscimo de 0,03% no volume de validações intermodais Andante relativamente ao ano anterior, registando um total de 137,79 milhões de validações.

A distribuição da procura por tipologia de título permite concluir que 74,0% das validações dos títulos intermodais respeitam a assinaturas (38,9% normais e 61,1% sociais), sendo 26,0% referentes a títulos ocasionais. Esta distribuição manteve-se semelhante face à registada em 2015.

As validações com assinaturas de Tarifário Social na sua globalidade (Júnior, Estudante, Reformado/Pensionista, Sénior, Social+, Social+ (A), Social+ (D), Social+ (R), 4_18(A), 4_18(B), 4_18(F), Sub23 (A), Sub23 (F)) registam um decréscimo de 0,05% face a 2015, contrariando a tendência de anos anteriores.



A distribuição das validações intermodais por operador no ano de 2016 foi a seguinte:



É de salientar o acréscimo nas validações do operador CP com variação positiva de 4,85%, face ao exercício anterior.

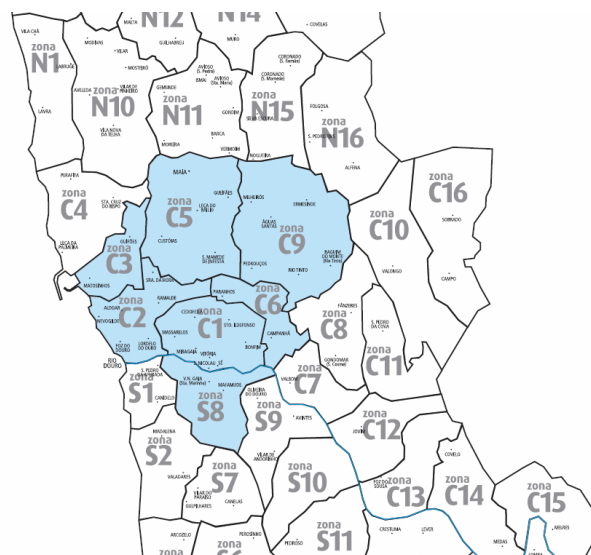
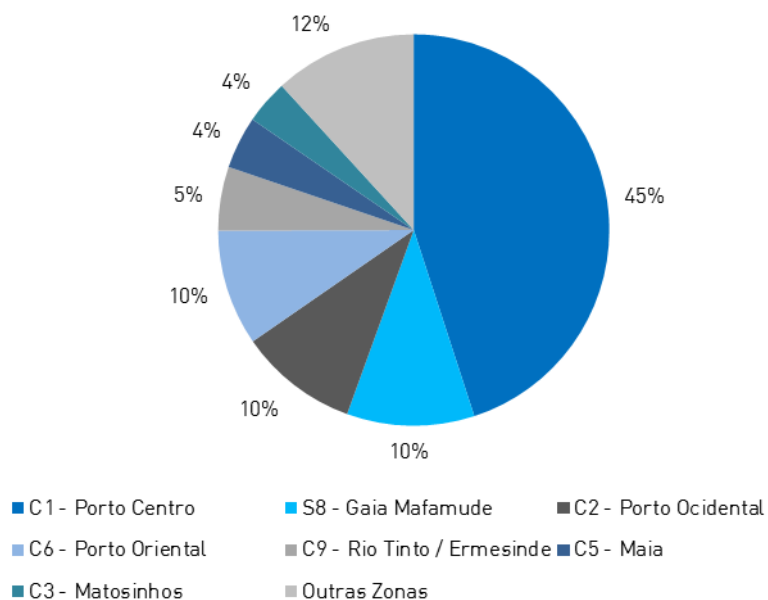
Validações Intermodais	2013	2014	2015	2016	Δ 15/16
MP*	56,15	57,09	57,91	58,15	0,4%
STCP	64,01	61,39	58,59	58,13	-0,8%
CP Porto	3,80	4,06	4,21	4,42	4,8%
Resende	1,89	2,77	3,80	3,71	-2,5%
Espírito Santo	2,24	2,54	2,97	3,05	2,7%
Maia Transportes	0,04	0,04	0,03	0,05	41,4%
Valpi	1,45	2,48	2,51	2,48	-1,0%
OFR	1,18	1,20	1,26	1,16	-7,8%
Nogueira da Costa	0,02	0,02	0,03	0,05	101,5%
ETG	5,43	6,07	6,30	6,45	2,4%
Pacense	0,12	0,12	0,14	0,13	-1,7%
	136,32	137,80	137,75	137,79	0,03%

Unidade: milhões de validações

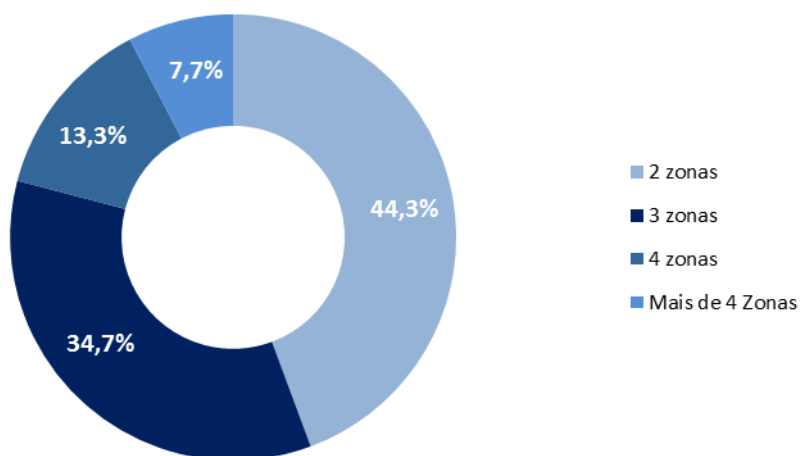
* Inclui Funicular dos Guindais e Alternativos

No que se refere à procura por zonas, constata-se ser a zona C1 (Porto Centro) a que regista maior utilização, com 44,98% das validações totais, seguindo-se as zonas S8 (Gaia Mafamude), com 10,55%, e C2 (Porto Ocidental), com 9,84%.

No seu conjunto, as 7 zonas mais centrais C1, C2, C3, C5, C6, C9 e S8, continuam a concentrar aproximadamente 90% do total de validações do SIA.



As deslocações de curta distância (clientes utilizadores de 2 ou 3 zonas) constituem a maioria das deslocações intermodais, representando 79,1% das validações efetuadas em 2016.



4.2. Quantidades Vendidas

Em 2016, foram vendidos cerca de 2,1 milhões de cartões com utilização intermodal, entendendo-se por tal, cartões Andante (em PVC e em papel) e cartões STCP onde é possível também carregar títulos Andante.

A venda de títulos de assinatura normal regista, em 2016, um acréscimo de 5,65% representando, aproximadamente, 40% do total de assinaturas vendidas.

Os títulos de obrigação tarifária registam igualmente uma subida de 1,42% representando aproximadamente 60% do total de assinaturas vendidas.

É de salientar a venda reduzida de diversos títulos de obrigação tarifária, designadamente, 4_18 (F) e Sub23 (F), certamente explicados pela migração de clientes para a assinatura Estudante que confere o mesmo desconto sendo de acesso mais simples, bem como Reformado e Social+ (R), facto que poderá decorrer da redução do rendimento disponível no segmento da população idosa de menores recursos bem como da migração destes clientes para o tarifário Sénior que oferece o mesmo desconto sendo de acesso mais simples. Nesse sentido, está em estudo com a Tutela uma proposta de simplificação tarifária.

Continua a registar-se um crescimento no carregamento de assinaturas com maior desconto, nomeadamente 4_18 (A) (desconto de 60%), Social+ (A) (desconto de 50%) e Sub23 (A) (desconto de 60%), com variações positivas de 5,06%, 9,05% e 9,95% respetivamente.

Ainda no conjunto dos títulos de obrigação tarifária, os integrados no Tarifário Social Andante (TSA), tarifários regulados por acordo com o Estado Português (Estudante, Júnior, Sénior e Reformado/Pensionista), venderam 557,4 mil assinaturas, traduzindo uma diminuição de 0,57% relativamente a 2015.

Títulos de Obrigação Tarifária

Quantidade Vendida		2012	2013	2014	2015	2016	Δ 15/16
Tarifário Social Andante (TSA)	Júnior	6 337	10 255	9 898	9 838	9 487	-3,57%
	Estudante	158 134	307 621	308 076	300 517	291 426	-3,03%
	Sénior	113 557	243 337	246 537	249 205	256 154	2,79%
	Ref. / Pens.	5 394	3 117	1 826	1 057	377	-64,33%
	Sub-Total	283 422	564 330	566 337	560 617	557 444	-0,57%
4_18@escola.tp	4_18	117 008					
	4_18 (A)	30 576	60 355	67 064	70 866	74 453	5,06%
	4_18 (B)	12 590	28 858	23 767	22 615	22 916	1,33%
	4_18 (F)	1 982	3 624	1 142	414	170	-58,94%
	Sub-Total	162 156	92 837	91 973	93 895	97 539	3,88%
Sub23@superior.tp	Sub23	108 456					
	Sub23 (A)	19 477	63 742	77 621	88 742	97 576	9,95%
	Sub23 (F)	1 784	2 333	563	196	49	-75,00%
	Sub-Total	129 717	66 075	78 184	88 938	97 625	9,77%
Social+	Social+	149 675	200 767	223 371	235 544	238 866	1,41%
	Social+ (A)	10 462	30 503	38 842	43 320	47 239	9,05%
	Social+ (D)	1 422	4 968	5 172	5 217	4 379	-16,06%
	Social+ (R)	3 593	10 115	3 764	1 604	625	-61,03%
	Sub-Total	165 152	246 353	271 149	285 685	291 109	1,90%
TOTAL		740 447	969 595	1 007 643	1 029 135	1 043 717	1,42%
Peso total venda assinaturas		56,34%	59,23%	60,71%	61,12%	60,14%	

A venda de títulos de transporte especialmente vocacionados para turistas – Andante Tour – registou um crescimento de 10,8% face a 2015, refletindo o forte crescimento do setor turístico na AMP.

Em 2016 foram vendidos cerca de 42 mil títulos Andante Tour 1 e aproximadamente 50 mil títulos Andante Tour 3. A maior incidência de vendas ocorreu no mês de setembro.

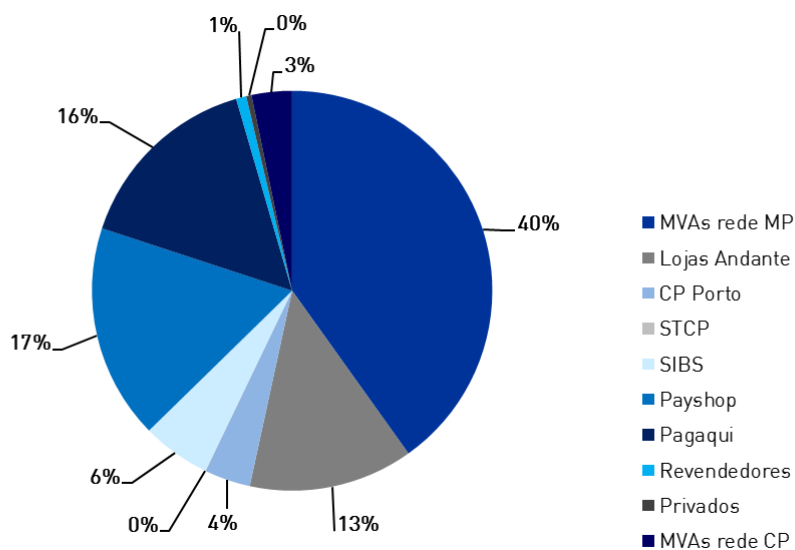
4.3. Receita Intermodal

A receita Andante proveniente da venda de títulos e cartões intermodais ascendeu, em 2016, a 90,3 milhões de euros, refletindo um acréscimo de 2,9% relativamente ao ano anterior.

Parte significativa da receita resulta da venda em MVA instaladas na rede MP (40,13%) que, no exercício de 2016, regista um crescimento de aproximadamente 14% relativamente a 2015. Esta situação pode ser explicada pela alteração na rede de revendedores (conforme referido em 2.4) que impeliu a que muitos clientes, por incerteza quanto à localização ou serviços prestados pelo seu agente habitual, procurassem temporariamente uma alternativa de carregamento.

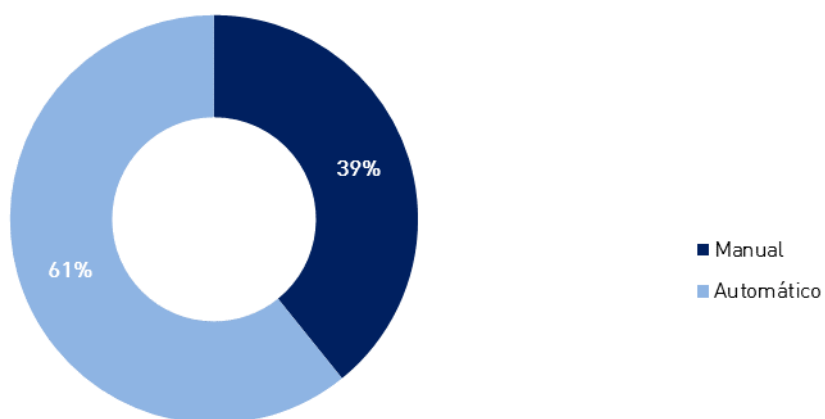
O canal de revendedores (Payshop e Pagaqui) surge igualmente com uma quota considerável de carregamentos na ordem dos 33%.

Continua a merecer referência o expressivo crescimento do canal SIBS com uma subida de aproximadamente 40%, tendo angariado em 2016 uma receita de cerca de 5 milhões de euros.



Da análise do total de carregamentos de títulos de transporte Andante, efetuados durante o ano de 2016, resulta que a sua maioria é realizada nos canais de venda automática, ou seja, nas Máquinas de Venda Automática e nas Caixas Multibanco, tal como se pode observar no gráfico seguinte.

Os canais de venda manual englobam as lojas Andante, revendedores, agentes Pagaqui e terminais dos operadores privados.



Os carregamentos de assinaturas efetuados durante o ano de 2016 (1.736 mil), as respetivas validações (102,01 milhões) e a receita correspondente (51,37 milhões de euros), permitem constatar que os clientes de assinatura pagaram, em média, 0,50 euros por cada validação (superior em 2,04% relativamente a 2015) e efetuaram, em média, 58,78 validações por mês, valor inferior em 3,26% face ao mesmo período do ano anterior.

As assinaturas normais representaram 691 mil carregamentos e 39,73 milhões de validações, às quais corresponde uma receita de 24,92 milhões de euros, apresentando uma receita média de 0,63 euros por cada validação (superior em 6,78% relativamente a 2015) e um número médio mensal de 57,43 validações, inferior em 5,99% face ao ano anterior.

Relativamente aos títulos de viagem Andante, do total de carregamentos efetuados (26,73 milhões), das respetivas validações (34,57 milhões) e da receita correspondente (35,49 milhões de euros), conclui-se que os portadores destes títulos pagaram, em média, 1,03 euros por cada validação (mais 0,98% do que em 2015) e efetuaram, em média, 1,29 validações, representando uma diminuição de 0,77% face ao período homólogo do ano anterior.

4.4. Comunicação com o cliente

A necessidade de mudança no paradigma de utilização dos cartões Andante, nomeadamente, impondo um limite de validade, aliado ao facto de terem já decorrido 14 anos sobre o lançamento da marca Andante, cuja imagem se materializava no Maestro, determinou a necessidade de repensar o conceito e valorizar a própria marca, através da criação de uma imagem renovada.

Assim, o TIP lançou o desafio, através de um concurso de ideias, aos criativos que pretendessem dar mostras do seu trabalho, para o desenvolvimento de uma nova imagem do universo Andante.

O referido concurso, decorrido entre 16 de maio e 13 de junho, teve uma participação massiva com entrega de aproximadamente 400 candidaturas.

A vencedora do concurso, Marion Mazer, apresentou um conceito criativo baseado em azulejos antigos, imprimindo-lhes um cunho de modernidade, dinamismo e movimento, tendo colhido unanimidade na sua eleição.

A alteração da rede de agentes revendedores resultante do facto de o Consórcio Pagaqui / OTLIS ter ganho o Concurso Público "*Rede de Vendas de Produtos geridos pelo TIP*" esteve na base de uma forte campanha de comunicação, com início em abril, que veio permitir aos clientes de transportes públicos da AMP conhecer a mudança e localizar com facilidade os mais de 884 agentes onde passou a ser possível carregar os títulos Andante, CP Urbanos do Porto e STCP.

Em setembro, no âmbito da Semana Europeia da Mobilidade, o TIP, com o apoio da Faculdade de Engenharia da Universidade do Porto, anunciou o lançamento de um projeto designado **anda**, que visa uma utilização simplificada do sistema de transportes públicos com recurso à utilização

do telemóvel. No último trimestre do ano foram desenvolvidos e testados os protótipos que virão a permitir a realização dos testes de campo do projeto piloto em 2017.

O Andante manteve, como habitualmente, a sua parceria com a Universidade do Porto, quer na divulgação da Mostra da Universidade Júnior, realizada de 17 a 20 de março no Pavilhão Rosa Mota, quer no apoio à identificação do melhor percurso ao menor custo para as deslocações no contexto das atividades dos vários cursos realizados em julho.

Os transportes públicos do Porto voltaram a associar-se ao NOS Primavera Sound permitindo a deslocação do público, de forma cómoda e em segurança, de e para o Parque da Cidade, de 9 a 11 de junho.

A página Andante no Facebook, no seu segundo ano de atividade, permitiu aproximar a marca dos seus clientes, esclarecendo, num curto espaço de tempo, as mais diversas questões e funcionando também como um importante veículo de informação, divulgação e promoção da intermodalidade.

Nos meses de setembro e outubro, a campanha “Regresso às Aulas 2016”, marcou a comunicação com os clientes, incentivando à renovação de perfil atempada evitando assim filas de espera prolongadas.

Neste âmbito, para além da divulgação nos meios habituais, o Andante marcou presença em diversas faculdades, de 12 a 16 de setembro, possibilitando aos estudantes a renovação de perfil nesses mesmos locais, designadamente, Faculdade de Ciências, Faculdade de Letras e Faculdade de Engenharia.

Mantiveram-se em 2016 os acordos estabelecidos com diversas empresas concedendo descontos especiais na aquisição, pela respetiva empresa, de títulos de Assinatura anual para o seu efetivo e agregado familiar, estando em análise com a Tutela setorial a possibilidade de dinamização deste produto.

4.4.1. Rede de Vendas

O exercício de 2016 foi marcado por uma alteração na rede de revendedores passando a Pagaqui a ter exclusividade no carregamento de títulos de transporte Andante, CP Urbanos do Porto e STCP, a partir de 6 de junho, substituindo assim a rede de revendedores Payshop.

Ao longo do ano foram ministradas diversas ações de formação e implementadas normas e alterações na rede de vendas, das quais se destacam:

- Formação aos agentes de venda da CP, em fevereiro e abril, abrangendo diversos temas nomeadamente, zonamento intermodal, tarifários sociais (condições de atribuição e renovação), análise das declarações de IRS, Nota de Crédito vs Abatimento;
- Emissão de cartões monomodais funcionário STCP nas Lojas Andante;
- Comercialização de títulos monomodais STCP “Agente Único” nas Lojas Andante da Trindade, Casa da Música e Hospital de S. João;
- Na sequência do Ofício 150/16 – CEM AA/LF, de 13-04-2016, as reclamações TIP do livro vermelho passaram a ser enviadas para a AMT – Autoridade da Mobilidade e dos Transportes;
- Comercialização de títulos de viagem Transdev – Citi Express na Loja Andante do Hospital de São João;
- Nos termos do Decreto-Lei nº 7/2007, de 5 de fevereiro, e de acordo com as orientações da Sra. Ministra da Presidência emanadas a 6 de Abril, o TIP deixou de exigir a entrega de cópia do documento de identificação sempre que o cliente assim o entenda;
- Início de testes para lançamento de uma bilheteira com novas funções de venda e de utilização mais segura e simplificada.

Nos meses de setembro e outubro, como habitualmente, decorreu nas lojas Andante o reforço no atendimento ao público ditado pela obrigatoriedade da renovação dos perfis Social+, Social Estudante, 4_18 e Sub23.

4.4.2. Call Center

Em 2016, a Linhandante rececionou aproximadamente 41 mil chamadas de clientes ou agentes de venda, número semelhante ao ano anterior.

A Linhandante registou mais de 7.000 cartões Andante Gold perdidos e respondeu ainda a cerca de 1.000 pedidos de informação e de emissão de faturas, número que apresenta uma expressiva diminuição relativamente a 2015 (5.000 pedidos), facto que pode ser explicado em grande parte pela automatização da emissão de faturas Andante.

Foram ainda registadas 13.288 avarias e situações problemáticas em todo o sistema intermodal, nomeadamente de MVA, Postos de Venda Assistida (PVA) e validadores, as quais foram devidamente encaminhados para os prestadores de serviço de manutenção respetivos.

4.4.3. Tratamento de Reclamações

O volume de reclamações recebidas em 2016 (7.816) registou um acréscimo de aproximadamente 24% face a 2015 (6.286).

Do total das reclamações registadas, cerca de 32% referem-se a questões relacionadas com as MVA, percentagem que reflete um aumento significativo relativamente ao período homólogo do ano anterior (23%).

O crescimento do número de reclamações relativas ao funcionamento do sistema de bilhética em geral e das MVA em particular é, em grande parte, reflexo do envelhecimento do parque de equipamentos.

No exercício de 2016 iniciou-se uma campanha de investimento no parque de bilhética, tendo sido intensificadas as reparações e a renovação de algumas peças e componentes, visando a redução do número de avarias e consequente melhoria no seu funcionamento, com o objetivo último de satisfazer o cliente e melhorar a sua experiência de utilização dos referidos equipamentos.

5. Auditorias à Atividade do TIP

5.1. Inspeção Geral de Finanças

No âmbito do processo de auditoria da Inspeção Geral de Finanças (IGF) referente à certificação da compensação financeira relativa ao TSA do ano 2015, o TIP recebeu o Projeto de Relatório nº 2016/217/A3/824 no qual constam as seguintes recomendações:

- ✓ Providencie, contabilisticamente, a criação de uma conta desagregada por operador e por tipo de tarifário;
- ✓ Implemente, na íntegra, as recomendações efetuadas, máxime em matéria de arquivo e do sistema utilizado na atribuição dos tarifários;
- ✓ Proceda à uniformização dos procedimentos contabilístico e fiscal das comissões da rede de vendas e de validações;
- ✓ Corrija, face ao regime jurídico aplicável, as situações que se apresentam em desconformidade com a Unidade de Tesouraria do Estado.

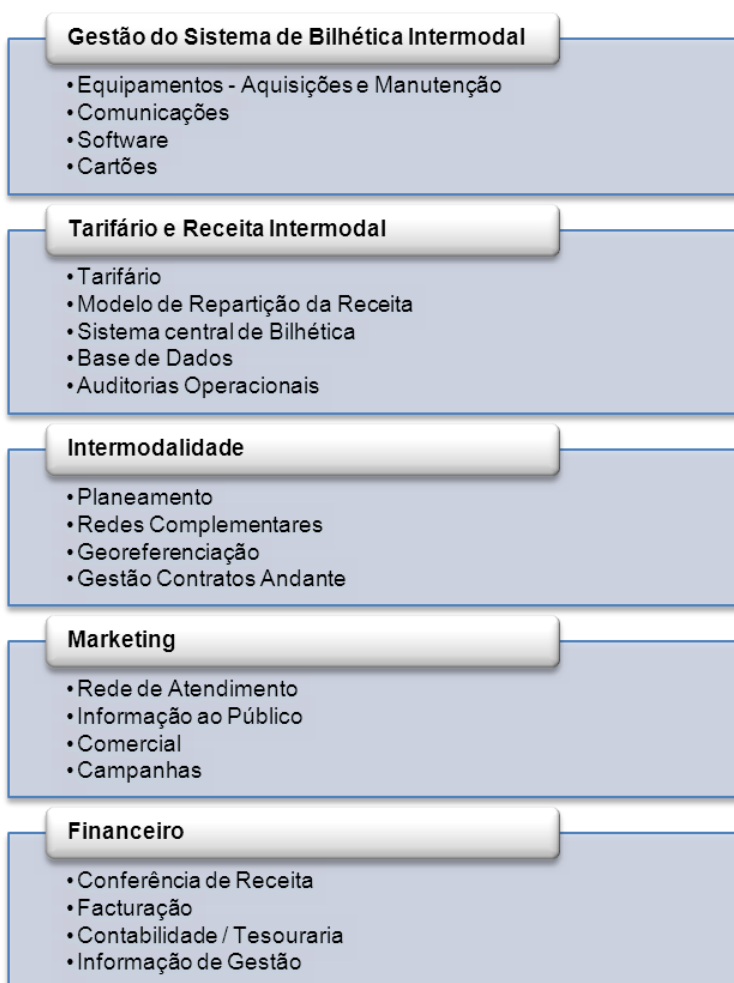
No dia 27 de dezembro de 2016, este ACE exerceu o direito de contraditório, aguardando o envio do relatório final por parte daquela entidade.

Dando cumprimento às recomendações supra-referidas, encontra-se em curso a alteração de diversos procedimentos e o desenvolvimento de novas funcionalidades, cuja conclusão se prevê vir a ocorrer em 2017.

6. O TIP e os seus Colaboradores

6.1. Estrutura Organizacional

A estrutura organizacional deste agrupamento reflete a sua organização por processos, tendo a estrutura atual sido aprovada em reunião do Conselho de Administração realizada a 13 de dezembro de 2010.



6.2. Recursos Humanos

Nos termos do Despacho Conjunto dos Ministérios das Finanças e das Obras Públicas, Transportes e Habitação de 20 de dezembro de 2002, o TIP não dispõe de quadro de pessoal próprio, sendo a disponibilização dos seus recursos humanos, bem como do Administrador Delegado, responsável pela gestão corrente do ACE, assegurada pelas Agrupadas.

Colaboradores / Empresa	2014	2015	2016
MP	7	7	7
STCP	3	2	3
CP	3	2	1
	13	11	11

A 8 de fevereiro de 2016, em reunião de Assembleia Geral do TIP – Transportes Intermodais do Porto, ACE, foi eleito um novo Conselho de Administração, cuja composição passou a ser a seguinte:

Mandato 2016 - 2018

Cargo	Nome	Empresa Representada
Presidente	Jorge Moreno Delgado	Metro do Porto, SA
Vogal	Manuel Tomás Cortez Rodrigues Queiró	CP - Comboios de Portugal, EPE
Vogal	Pedro José Ferreira Morais	STCP, SA
Vogal	Maria João Ferreira da Silva Santos	Eleito pela Assembleia Geral
Administrador Delegado	João Rui de Sousa Simões Fernandes Marrana	Eleito pela Assembleia Geral

Verificou-se igualmente no exercício de 2016:

- a substituição de um colaborador cedido pela agrupada CP;
- a entrada de um novo colaborador cedido pela agrupada STCP;
- a saída de um colaborador cedido pela agrupada Metro do Porto, não tendo sido substituído.

7. O TIP e as suas Agrupadas

7.1. Estrutura Societária

O TIP – Transportes Intermodais do Porto, ACE é um agrupamento complementar de empresas, constituído a 20 de dezembro de 2002, pelos operadores de capitais públicos: Metro do Porto, SA (MP), Sociedade de Transportes Coletivos do Porto, SA (STCP) e Comboios de Portugal, EPE. (CP).

Não se registaram alterações no capital social do Agrupamento de 30.000 euros (trinta mil euros), mantendo-se a estrutura societária inicial, continuando o TIP a ser detido equitativamente pelas suas três agrupadas.

Empresa	% Capital
Comboios de Portugal, EPE	33,3%
Metro do Porto, S.A.	33,3%
Sociedade de Transportes Coletivos do Porto, SA	33,3%

7.2. Composição dos Órgãos Sociais

Mesa da Assembleia Geral

A composição da Mesa da Assembleia Geral, para o mandato 2013-2015, foi aprovada em reunião deste órgão de 27 de março de 2013.

No dia 29 de junho de 2015, a Presidente da Mesa da Assembleia Geral, Eng^a Maria Helena Meira da Silva Castro, cessou as suas funções no TIP pelo facto de ter rescindido por mútuo acordo o seu contrato de trabalho com a empresa de origem, a STCP, não tendo sido substituída no cargo.

Mandato 2013 - 2015

Cargo	Nome
Presidente	Maria Helena Meira da Silva Castro ⁽¹⁾
Vice - Presidente	Fernando Manuel Moreira
Secretário	Jorge Miguel Osório de Castro Ribeiro Pinheiro de Magalhães

(1) renunciou ao cargo em 29 de junho de 2015

Em reunião de 08 de fevereiro de 2016, foi aprovada a composição da Mesa da Assembleia Geral para o triénio de 2016-2018.

Mandato 2016 - 2018

Cargo	Nome
Presidente	Jorge Miguel Osório de Castro Ribeiro Pinheiro de Magalhães
Vice - Presidente	Fernando Manuel Moreira
Secretário	Carlos Paulo Rocha de Sousa Santos Correia

As competências da Assembleia Geral do TIP encontram-se definidas no ponto 8 do Artigo 8º dos seus Estatutos. São da competência da Assembleia Geral, além das previstas na lei, as matérias seguintes:

- Alteração dos Estatutos;
- Aprovação do relatório anual de gestão e contas do exercício;
- Entrada de novos membros para o Agrupamento, bem como consentimento à cessão da participação de qualquer membro no Agrupamento;
- Exclusão de qualquer membro;
- Dissolução do Agrupamento e aprovação das contas de liquidação;
- Quaisquer atos que não sejam da competência exclusiva do Conselho de Administração, ou que lhe sejam submetidos por este, ou que as Agrupadas decidam incluir na sua esfera de competência ou submeter, caso a caso, à deliberação da Assembleia.

Conselho de Administração

Cada entidade agrupada tem o direito de designar um administrador para o Conselho de Administração, sendo os restantes dois eleitos em Assembleia Geral que designará o Presidente. A eleição do Conselho de Administração para o triénio 2016-2018 foi aprovada em reunião de Assembleia Geral de 08 de fevereiro de 2016.

Mandato 2013 - 2015

Cargo	Nome	Empresa Representada
Presidente	Manuel Tomás Cortez Rodrigues Queiró	CP - Comboios de Portugal, EPE
Vogal	João Velez Carvalho	Metro do Porto, SA
Vogal	André da Costa Figueiredo e Silva Sequeira	STCP, SA
Vogal	António José Lopes	Eleito pela Assembleia Geral
Administradora Delegada	Maria João Ferreira da Silva Santos	Eleito pela Assembleia Geral

Mandato 2016 - 2018

Cargo	Nome	Empresa Representada
Presidente	Jorge Moreno Delgado	Metro do Porto, SA
Vogal	Manuel Tomás Cortez Rodrigues Queiró	CP - Comboios de Portugal, EPE
Vogal	Pedro José Ferreira Morais	STCP, SA
Vogal	Maria João Ferreira da Silva Santos	Eleito pela Assembleia Geral
Administrador Delegado	João Rui de Sousa Simões Fernandes Marrana	Eleito pela Assembleia Geral

Nos termos do Artigo 9º ponto 4 dos Estatutos do TIP, *“compete ao Conselho de Administração, sem prejuízo das demais competências que a lei ou os presentes Estatutos lhe conferem, a definição da estratégia e as políticas a seguir pelo Agrupamento, bem como a prática de quaisquer atos tendentes à realização do objeto do Agrupamento.”*

Nos termos do número 5 do mesmo artigo, a gestão corrente da sociedade encontra-se delegada num administrador – Administrador Delegado – no respeito dos limites fixados pelo Conselho de Administração exarados no ponto 3 b), da Ata nº 117, de 29 de fevereiro 2016.

Fiscal Único

Nos termos do Artigo 12º ponto 3 dos Estatutos do TIP, *“o Agrupamento terá um Fiscal Único, a designar pela Assembleia Geral, por um período de três anos, que deverá ser um Revisor Oficial de Contas ou uma Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, com as funções de fiscalizar a*

gestão e dar parecer sobre as contas e as demais previstas na lei relativamente às sociedades anónimas”.

A eleição do Fiscal Único para o triénio 2016-2018 foi aprovada em reunião de Assembleia Geral de 30 de março de 2016 sendo as funções exercidas pela Sociedade de Revisores Oficiais de Contas António Magalhães & Carlos Santos, SROC, inscrita na Ordem dos Revisores Oficiais de Contas sob o nº53 e registada na Comissão do Mercado de Valores Mobiliários com o nº 1975, representada pelo Senhor Dr. Carlos Afonso Dias Leite Freitas dos Santos, Revisor Oficial de Contas nº1314.

A Sociedade de Revisores Oficiais de Contas António Magalhães & Carlos Santos presta serviços de ROC no TIP – Transportes Intermodais do Porto, ACE desde o exercício económico de 2003. Até ao ano de 2012 a SROC foi representada pelo sócio Carlos Alberto Freitas dos Santos (ROC n.º 177), passando a ser representada pelo sócio Carlos Afonso Dias Leite Freitas dos Santos (ROC n.º 1314), desde o exercício de 2013.

7.3. Modelo de Governo do TIP

O modelo de governo do ACE encontra-se detalhado no Relatório de Governo Societário.

8. Obrigações de Reporte enquanto Membro do Setor Empresarial do Estado

A informação constante do presente capítulo foi elaborada em cumprimento pela legislação aplicável, nomeadamente o Decreto-Lei nº 133/2013, de 3 de outubro, que aprovou o novo Regime Jurídico do Setor Empresarial do Estado e dando cumprimento às orientações recebidas através do ofício nº 1269 da Direção-Geral do Tesouro e Finanças, de 27 de fevereiro de 2017.

8.1) Objetivos de Gestão e Graus de Cumprimento

Não aplicável.

8.2) Gestão do Risco Financeiro

A tabela seguinte apresenta a evolução dos encargos financeiros e da taxa média de financiamento nos últimos cinco anos:

Anos	2012	2013	2014	2015	2016
Encargos Financeiros (€)	66 792,35	31 870,39	23 114,82	12 105,93	3 156,00
Taxa Média de Financiamento (%)	2,56%	1,59%	1,66%	1,57%	2,11%

8.3) Limite de Crescimento do Endividamento

A tabela seguinte apresenta a evolução do passivo remunerado:

Passivo Remunerado (€)	2015	2016	Var. Absoluta	Var. %
Financiamentos Obtidos	377 997,84	0,00	-377 997,84	-100,00%
.....dos quais concedidos pela DGTF	0,00	0,00	0,00	-
Aumentos de Capital por dotação	0,00	0,00	0,00	-
Aumentos de Capital por conversão de créditos	0,00	0,00	0,00	-
Endividamento Ajustado	377 997,84	0,00	-377 997,84	-100,00%

Refira-se que durante o ano de 2016, ocorreu o término do contrato de leasing com a Caixa Leasing e Factoring, contratado em 2009 para financiamento da aquisição de equipamentos de bilhética. À data de 31 de dezembro de 2016, a empresa não detinha qualquer montante relativo a passivo remunerado.

8.4) Prazo Médio de Pagamento a Fornecedores e Pagamentos em Atraso

A Evolução do Prazo Médio de Pagamento a Fornecedores, em conformidade com a RCM nº 34/2008, de 22 de fevereiro, alterada pelo Despacho nº 9870/2009, de 13 de abril, e divulgação nos atrasos nos pagamentos (*“arrears”*), conforme definido no Decreto-Lei nº 65 – A / 2011, de 17 de maio, encontra-se descrita nas tabelas seguintes.

PMP	2015	2016	Var. 2016/2015
Prazo (dias)	160	203	26,88%

Dívidas Vencidas (€)	0-90 dias	Dívidas vencidas de acordo com o Art. 1º DL 65 - A / 2011			
		90-120 dias	120-240 dias	240-360 dias	> 360 dias
Aquisição de Bens e Serviços	8 801 513	97 780	181 533	158 300	1 185 917
Aquisições de Capital	1 273	0	0	0	0
Total	8 802 785	97 780	181 533	158 300	1 185 917

8.5) Recomendações aquando da Aprovação das Contas de 2015

Não foi emitida qualquer recomendação do acionista aquando da aprovação das contas do TIP referente ao exercício de 2015.

8.6) Remunerações

Mesa da Assembleia Geral

Os membros da Assembleia Geral não auferem qualquer remuneração.

Mandato (Início - Fim)	Cargo	Nome	Valor da Senha Fixado (€)	Remuneração Anual 2016 (€)			
				Bruto (1)	Reduções Remuneratóri as (2)	Reversão Remuneratóri a (3)	Valor Final (4)=[1]-[2]+[3]
2013 - 2015	Presidente	Maria Helena Meira da Silva Castro (*)	n. a.	n. a.	n. a.	n. a.	n. a.
2013 - 2015	Vice-Presidente	Fernando Manuel Moreira	n. a.	n. a.	n. a.	n. a.	n. a.
2013 - 2015	Secretário	Jorge Miguel Osório de Castro Ribeiro Pinheiro de Magalhães	n. a.	n. a.	n. a.	n. a.	n. a.
			n. a.	n. a.	n. a.	n. a.	n. a.

(*) Renunciou ao cargo em 29 de junho de 2015

Mandato (Início - Fim)	Cargo	Nome	Valor da Senha Fixado	Remuneração Anual 2016 (€)			
				Bruto (1)	Reduções Remuneratóri (2)	Reversão Remuneratóri (3)	Valor Final (4)=[1]-[2]+[3]
2016 - 2018	Presidente	Jorge Miguel Osório de Castro Ribeiro Pinheiro de Magalhães	n. a.	n. a.	n. a.	n. a.	n. a.
2016 - 2018	Vice-Presidente	Fernando Manuel Moreira	n. a.	n. a.	n. a.	n. a.	n. a.
2016 - 2018	Secretário	Carlos Paulo Rocha de Sousa Santos Correia	n. a.	n. a.	n. a.	n. a.	n. a.
			n. a.	n. a.	n. a.	n. a.	n. a.

Conselho de Administração

Os membros do Conselho de Administração não auferem qualquer remuneração em virtude de serem remunerados pelas suas empresas de origem. O montante anual da remuneração auferida pelo Administrador Delegado é apresentado nos quadros seguintes:

Mandato (Início - Fim)	Cargo	Nome	Designação		OPRLO [2]			Nº Mandatos
			Forma	Data	Sim / Não	Entidade Origem	Entidade Pagadora (O/D)	
2013 - 2015	Presidente	Cristina Maria dos Santos Pinto Dias (*)	AG	27/03/2013	n. a.	n. a.	n. a.	2
2013 - 2015	Presidente	Manuel Tomás Cortez Rodrigues Queiró	AG	14/09/2015	n. a.	n. a.	n. a.	1
2013 - 2015	Vogal	João Velez Carvalho	AG	27/03/2013	n. a.	n. a.	n. a.	1
2013 - 2015	Vogal	André da Costa Figueiredo e Silva Sequeira	AG	27/03/2013	n. a.	n. a.	n. a.	1
2013 - 2015	Vogal	António José Lopes	AG	27/03/2013	n. a.	n. a.	n. a.	1
2013 - 2015	Administradora Delegada	Maria João Ferreira da Silva Santos	AG	27/03/2013	n. a.	n. a.	n. a.	1

(*) Renunciou ao cargo em 22 de julho de 2015

[2] Opção pela remuneração do Lugar de origem - previsto no nº 8 do artigo 28º do EGP ; indicar entidade pagadora (O-Origem / D-Destino)

Mandato (Início - Fim)	Cargo	Nome	Designação		OPRLO [2]			Nº Mandatos
			Forma	Data	Sim / Não	Entidade Origem	Entidade Pagadora (O/D)	
2016 - 2018	Presidente	Jorge Moreno Delgado	AG	08/02/2016	n. a.	n. a.	n. a.	1
2016 - 2018	Vogal	Manuel Tomás Cortez Rodrigues Queiró	AG	08/02/2016	n. a.	n. a.	n. a.	2
2016 - 2018	Vogal	Pedro José Ferreira Morais	AG	08/02/2016	n. a.	n. a.	n. a.	1
2016 - 2018	Vogal	Maria João Ferreira da Silva Santos	AG	08/02/2016	n. a.	n. a.	n. a.	2
2016 - 2018	Administrador Delegado	João Rui de Sousa Simões Fernandes Marrana	AG	08/02/2016	n. a.	n. a.	n. a.	1*

[2] Opção pela remuneração do Lugar de origem - previsto no nº 8 do artigo 28º do EGP ; indicar entidade pagadora (O-Origem / D-Destino)

(*) Não considerando o período 2003-2005, durante o qual exerceu funções de vogal não executivo do CA.

Membro do CA	Estatuto do Gestor Público			
	Fixado	Classificação	Remuneração Mensal Bruta (€)	
(Nome)	(S/N)	(A/B/C)	Vencimento Mensal	Despesas Representação
Manuel Tomás Cortez Rodrigues Queiró	n. a.	n. a.	n. a.	n. a.
João Velez Carvalho	n. a.	n. a.	n. a.	n. a.
André da Costa Figueiredo e Silva Sequeira	n. a.	n. a.	n. a.	n. a.
António José Lopes	n. a.	n. a.	n. a.	n. a.
Maria João Ferreira da Silva Santos	n. a.	n. a.	n. a.	n. a.

Membro do CA	Estatuto do Gestor Público			
	Fixado	Classificação	Remuneração Mensal Bruta (€)	
(Nome)	(S/N)	(A/B/C)	Vencimento Mensal	Despesas Representação
Jorge Moreno Delgado	n. a.	n. a.	n. a.	n. a.
Manuel Tomás Cortez Rodrigues Queiró	n. a.	n. a.	n. a.	n. a.
Pedro José Ferreira Morais	n. a.	n. a.	n. a.	n. a.
Maria João Ferreira da Silva Santos	n. a.	n. a.	n. a.	n. a.
João Rui de Sousa Simões Fernandes Marrana	n. a.	n. a.	n. a.	n. a.

Membro do CA	Remuneração Anual 2016 (€)					
	Fixa	Variável	Valor Bruto	Reduções Remuneratórias	Reversões Remuneratórias	Valor Bruto Final
(Nome)	(1)	(2)	(3) = (1) + (2)	(4)	(5)	(6) = (3) - (4) + (5)
Jorge Moreno Delgado	n. a.	n. a.	n. a.	n. a.	n. a.	n. a.
Manuel Tomás Cortez Rodrigues Queiró	n. a.	n. a.	n. a.	n. a.	n. a.	n. a.
Pedro José Ferreira Morais	n. a.	n. a.	n. a.	n. a.	n. a.	n. a.
Maria João Ferreira da Silva Santos	n. a.	n. a.	n. a.	n. a.	n. a.	n. a.
João Rui de Sousa Simões Fernandes Marrana (*)	54 895,83	0,00	54 895,83	5 489,58	4 108,33	53 514,58

(1) O valor da remuneração fixa corresponde ao vencimento + despesas de representação (sem reduções / reversões remuneratórias)

(4) e (5) - reduções e reversões remuneratórias previstas no artigo 12º da Lei nº 12-A/2010 de 30 de junho, na Lei nº 75/2014 de 12 de setembro e na Lei nº 159-A/2015 de 30 de dezembro

(*) Existe um contrato de prestação de serviços onde está prevista a afetação dos respetivos recursos humanos, todos remunerados pelas respetivas empresas de origem.

Membro do CA	Benefícios Sociais (€)							
	Subsídio de Refeição		Regime de Proteção Social		Encargo Anual Seguro de Saúde	Encargo Anual Seguro de Vida	Outros	
	Valor / Dia	Montante Pago Ano	Identificar	Encargo Anual			Identificar	Valor
Jorge Moreno Delgado	n. a.	n. a.	n. a.	n. a.	n. a.	n. a.	n. a.	n. a.
Manuel Tomás Cortez Rodrigues Queiró	n. a.	n. a.	n. a.	n. a.	n. a.	n. a.	n. a.	n. a.
Pedro José Ferreira Morais	n. a.	n. a.	n. a.	n. a.	n. a.	n. a.	n. a.	n. a.
Maria João Ferreira da Silva Santos	n. a.	n. a.	n. a.	n. a.	n. a.	n. a.	n. a.	n. a.
João Rui de Sousa Simões Fernandes Marrana (*)	6,41	1 365,33	Segurança Social	13 311,65	1 171,63	0,00	Seguro ACT	405,29
		1 365,33		13 311,65	1 171,63	0,00	Seguro ACT	405,29

(*) Existe um contrato de prestação de serviços onde está prevista a afetação dos respetivos recursos humanos, todos remunerados pelas respetivas empresas de origem.

Membro do CA (Nome)	Encargos com Viaturas (€)							
	Viatura atribuída S/N	Celebração de contrato S/N	Valor de referência (€)	Modalidade (1) (Identificar)	Ano Início	Ano Termo	Valor da Renda Mensal (€)	Gasto Anual com Rendas (€)
Jorge Moreno Delgado	n. a.	n. a.	n. a.	n. a.	n. a.	n. a.	n. a.	n. a.
Manuel Tomás Cortez Rodrigues Queiró	n. a.	n. a.	n. a.	n. a.	n. a.	n. a.	n. a.	n. a.
Pedro José Ferreira Morais	n. a.	n. a.	n. a.	n. a.	n. a.	n. a.	n. a.	n. a.
Maria João Ferreira da Silva Santos	n. a.	n. a.	n. a.	n. a.	n. a.	n. a.	n. a.	n. a.
João Rui de Sousa Simões Fernandes Marrana (*)	Sim	Sim	30 000,00	Aluguer	2 016		184,50	1 976,79

(1) Aquisição ALD: Leasing ou outra

(*) Existe um contrato de prestação de serviços onde está prevista a afetação dos respetivos recursos humanos, todos remunerados pelas respetivas empresas de origem.

Membro do CA (Nome)	Gastos anuais associados a Deslocações em serviço					
	Deslocações em Serviço	Custos com Alojamento	Ajudas de Custo	Outras		Gasto total com viagens
				Identificar	Valor	
Jorge Moreno Delgado	n. a.	n. a.	n. a.	n. a.	n. a.	n. a.
Manuel Tomás Cortez Rodrigues Queiró	n. a.	n. a.	n. a.	n. a.	n. a.	n. a.
Pedro José Ferreira Morais	n. a.	n. a.	n. a.	n. a.	n. a.	n. a.
Maria João Ferreira da Silva Santos	n. a.	n. a.	n. a.	n. a.	n. a.	n. a.
João Rui de Sousa Simões Fernandes Marrana (*)	149,07	469,26	357,40	0,00	0	975,73
						975,73

(*) Existe um contrato de prestação de serviços onde está prevista a afetação dos respetivos recursos humanos, todos remunerados pelas respetivas empresas de origem.

Fiscal Único

O montante anual da remuneração auferida pelo Fiscal Único é apresentado nos quadros seguintes.

Mandato (Início - Fim)	Cargo	Identificação SROC / ROC			Designação			Nº de Anos de funções exercidas no grupo
		Nome	Nº Inscrição na OROC	Nº Registo na CMVM	Forma (1)	Data	Contratada	
2016 - 2018	Vogal Efetivo	Sociedade de Revisores Oficiais de Contas António Magalhães & Carlos Santos, SROC, representada pelo Dr. Carlos Afonso Dias Leite Freitas dos Santos	SROC nº 53 ROC nº 1314	1 975	AG	30/03/2016	n. a.	n. a.

(1) Assembleia Geral (AG) / Deliberação Unânime por Escrito (DUE) / Despacho (D)

Nota: Mencionar o efetivo (SROC e ROC) e o suplente (SROC e ROC)

Nome	Remuneração Anual 2016 (€)			
	Bruto	Redução Remuneratória	Reversão Remuneratória	Valor Final
	(1)	(2)	(3)	(4) = (1) - (2) + (3)
Sociedade de Revisores Oficiais de Contas António Magalhães & Carlos Santos, SROC, representada pelo Dr. Carlos Afonso Dias Leite Freitas dos Santos	5 000,04	500,00	350,00	4 850,04
	5 000,04	500,00	350,00	4 850,04

Nota: Deve ser indicado o efetivo (SROC e ROC) e o suplente (SROC e ROC)

(1) Indicar AG / DUE / Despacho (D)

Auditor Externo

O montante anual da remuneração auferida pelo Auditor Externo é apresentado no quadro seguinte.

Identificação do Auditor Externo (SROC / ROC)			Contratação		Remuneração Anual 2016 (€)			
Nome	Nº Inscrição na OROC	Nº Inscrição na CMVM	Data	Período	Valor da Prestação de Serviços (*)	Reduções Remuneratórias	Reversão Remuneratória	Valor após Reduções
					(1)	(2)	(3)	(4) = (1) - (2) + (3)
PricewaterhouseCoopers & Associados - Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, Lda.	183	9 077	10/10/2016	Exercícios de 2016, 2017 e 2018	5 600,00	0,00	0,00	5 600,00

[*] Valor anual

8.7) Aplicação do Estatuto de Gestor Público

Não aplicável.

8.8) Realização de despesas não documentadas ou confidenciais

Não foram realizadas quaisquer despesas não documentadas ou confidenciais.

8.9) Relatório anual sobre remunerações pagas a mulheres e homens

Não aplicável.

8.10) Relatório anual sobre prevenção da corrupção

Não foram observadas ocorrências de factos de corrupção.

8.11) Aplicação das orientações relativas às normas de Contratação Pública

O TIP respeita as normas de contratação pública aquando do lançamento dos procedimentos concursais.

Procede-se ao lançamento de procedimentos públicos de aquisição, nos termos do artigo 11.º do Código dos Contratos Públicos, para os quais o Conselho de Administração identifica a sua necessidade, aprova o lançamento, as peças concursais e nomeia o júri respetivo.

A aquisição de bens de investimento e de bens e serviços é autorizada pelo Conselho de Administração com base em fundamentação técnico-jurídica, sendo posteriormente as respetivas adjudicações imperativamente autorizadas pelo Conselho de Administração.

Não existiram atos ou contratos celebrados de valor superior a 5 milhões de euros.

8.12) Adesão ao Sistema Nacional de Compras Públicas

Não aplicável.

8.13) Medidas tomadas no âmbito da frota automóvel

Não aplicável.

8.14) Medidas de redução de gastos operacionais

Não aplicável.

8.15) Princípio da Unidade de Tesouraria do Estado

O TIP, no quadro da respetiva gestão financeira, mantém as suas disponibilidades e aplicações junto da Agência de Gestão da Tesouraria e da Dívida Pública – IGCP, E.P.E., nos termos do regime jurídico aplicável à tesouraria do Estado.

Pontualmente, resultado de particularidades técnicas do negócio e da indisponibilidade de serviços ou soluções por parte da Agência de Gestão da Tesouraria e da Dívida Pública, o TIP tem necessidade de colocar, sem prejuízo de posterior consolidação de saldos, fundos fora da Agência de Gestão da Tesouraria e da Dívida Pública - IGCP, E.P.E. Nesse sentido, e ao abrigo do disposto no número n.º 3 do Artigo 28.º do Decreto-Lei 133/2013, o TIP solicitou regime de exceção relativamente a essas situações pontuais, estando à data a aguardar o respetivo despacho.

8.16) Divulgação das recomendações do Tribunal de contas nos últimos 3 anos

Não foi emitida qualquer recomendação às contas do TIP referente aos últimos 3 anos.

8.17) Divulgação de Informação

O TIP não divulga informação no sítio da internet do SEE (Portal da DGTF).

Toda a informação relevante sobre o governo do ACE e elementos de prestação de contas, bem como desempenho mensal do ACE em termos operacionais, é apresentada na página de internet em www.linhandante.com.

O TIP é um agrupamento complementar de empresas, pelo que o cumprimento das orientações legais, nomeadamente o que se refere à divulgação da informação no site do SEE, é efetuado pelas 3 agrupadas que o constituem.

9. Desempenho Económico e Financeiro

Introdução

O TIP é um agrupamento que tem como objeto a gestão de um sistema de bilhética comum aos operadores de transporte aderentes ao SIA, mais concretamente, as três empresas agrupadas – MP, STCP e CP – e os oito operadores rodoviários privados – Resende, Pacense, ETG, Nogueira da Costa, Espírito Santo, Valpi, MGC e Maia Transportes.

É assim responsável, entre outras atividades, pela gestão da receita da venda de títulos e cartões intermodais, pelo processamento e repartição dessa receita, de acordo com o modelo de repartição aprovado, pela aquisição e exploração dos equipamentos intermodais e pela gestão do sistema de informação aos clientes. Complementarmente, assegura também a gestão dos equipamentos de bilhética monomodal STCP e CP.

A principal fonte de receita do TIP consiste nas comissões cobradas aos operadores aderentes ao Sistema Intermodal Andante, apuradas em função do total de validações e da receita repartida, a que acresce o valor cobrado aos clientes pelos cartões vendidos e receitas decorrentes do contrato de cedência de equipamento de bilhética celebrado com a CP.

Situação Patrimonial

BALANÇO	2015	2016	Varição 2016/15
Ativos Fixos Tangíveis	1 472 007	1 260 438	-14,37%
Ativos Intangíveis	6 302	33 151	426,04%
Inventários	246 881	248 449	0,64%
Clientes	678 418	953 942	40,61%
Estado e outros entes públicos	316 860	116 795	-63,14%
Outros créditos a receber	1 168 338	1 609 463	37,76%
Caixa e Depósitos Bancários	6 672 256	9 586 307	43,67%
Diferimentos	25 441	20 832	-18,12%
Ativo	10 586 503	13 829 377	30,63%
Capital realizado	30 000	30 000	0,00%
Resultados transitados	-4 676 427	-1 841 046	-60,63%
Subsídios ao investimento	36 194	18 539	-48,78%
Resultado líquido do período	2 835 381	1 187 339	-58,12%
Capital Próprio	-1 774 852	-605 169	-65,90%
Fornecedores	1 944 511	2 618 278	34,65%
Fornecedores de Investimentos	453 265	144 705	-68,08%
Estado e outros entes públicos	3 010	15 735	422,73%
Financiamentos obtidos	377 998	0	-100,00%
Outras dívidas a pagar	9 582 572	11 655 829	21,64%
Passivo	12 361 355	14 434 546	16,77%

Registou-se em 2016 um nível de investimento de 363 milhares de euros (face a 598,5 milhares de euros no ano anterior), na sua maioria referente ao *upgrade* das MVA.

Pese embora o considerável investimento realizado em 2016 e em resultado da depreciação contabilística dos equipamentos intermodais, regista-se uma diminuição do ativo não corrente de 12% face a 2015.

No que respeita ao ativo corrente, regista-se um aumento de 41% das dívidas de clientes, ascendendo estas a 954 milhares de euros, no final do exercício. Este valor resulta em grande medida dos saldos em aberto relativamente ao contrato de cedência de equipamentos de bilhética com a CP-Comboios de Portugal, E.P.E. Este valor foi regularizado nas contas de fevereiro de 2017.

Com a introdução da nova imagem, os cartões com a imagem antiga deixaram de ser comercializados. Em 31/12/2016, existiam 399 mil cartões “maestro”, quantidade valorizada em 165,2 milhares de euros. Tratando-se de um evento conhecido à data do encerramento das

contas e tendo em conta que configura encargos futuros potenciais, foi criada esta imparidade para desvalorização do inventário.

Registou-se uma subida da rubrica Outros Créditos a Receber, com um crescimento de 37,8% face ao ano transato, para um total no final do exercício de 1,6 milhões de euros. Esta rubrica resulta de imputações de custos diversos que deverão ser suportados pelas agrupadas, destacando-se o valor de 755,2 milhares de euros relativos a processos de vandalismo e seguros de vandalismo a cargo dos operadores CP e Metro do Porto.

Os valores a receber do Estado, 116,8 milhares de euros, são na quase totalidade referentes a verbas de IVA a recuperar.

Mantém-se a tendência de melhoria do Capital Próprio do TIP, que em 2016 apresenta um aumento de 66%, mantendo-se, no entanto, negativo em 605 milhares de euros. A melhoria desta rubrica resulta do resultado líquido positivo verificado no exercício.

Procedeu-se, nos termos contratualmente previstos, à amortização de 378 mil euros da operação de locação financeira contratada em 2009 para financiamento da aquisição de equipamentos de bilhética tendo ficado totalmente amortizada no ano de 2016.

Ao nível do passivo corrente, regista-se um aumento de 21,6% da rubrica Outras Contas a Pagar, que ascende a 11,7 milhões de euros no final de 2016 e é maioritariamente composta por receita intermodal repartida faturada ao TIP pelos operadores aderentes ao SIA.

Regista-se um aumento de 34,6% das dívidas a fornecedores correntes e uma redução de 68,1% do valor em dívidas a fornecedores de investimentos, justificado pelo volume de faturação no final do exercício.

DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS	2015	2016	Varição 2016/15
CMVMC	-393 314	-408 652	3,90%
Fornecimentos e serviços externos	-3 338 084	-3 412 456	2,23%
Gastos com o pessoal	-572 217	-613 046	7,14%
Outros gastos e perdas	-53 346	-175 516	229,01%
Gastos/reversões de depreciação e amortização	-528 382	-579 997	9,77%
Juros e gastos similares suportados	-191 531	-154 888	-19,13%
Imposto sobre o rendimento do período	-624	-98	-84,24%
Gastos	-5 077 497	-5 344 653	5,26%
Vendas e serviços prestados	6 145 210	6 262 233	1,90%
Outros rendimentos e ganhos	1 652 105	269 759	-83,67%
Juros e rendimentos similares obtidos	115 564	0	-100,00%
Rendimentos	7 912 878	6 531 992	-17,45%
Resultado Líquido do Período	2 835 381	1 187 339	-58,12%
EBITDA	3 440 353	1 922 321	-44,12%

[valores expressos em euros]

Em 2016, o EBITDA apresentou uma redução de 44,1% para o valor de 1.9 milhões de euros. O Resultado Líquido do exercício, positivo em 1,2 milhões de euros, teve uma redução significativa face ao valor do ano anterior (cerca de 58%).

Estas evoluções resultam:

Em parte da subida de 1,9% das Vendas e serviços prestados, para o que contribuiu o aumento de 5% nas vendas de títulos de transporte e mapas (mais 83,6 mil euros) e, sobretudo, da diminuição significativa da rubrica “*Outros Rendimentos e Ganhos*”, com uma redução de 1,4 milhões de euros face a 2015.

Este último decorre do desreconhecimento no balanço do passivo relativo aos talões “Vale Numerário” expirados e não descontados e da receita arrecadada mas sem expectativa de repartição pelos operadores (títulos Andante Pro expirados mas não validados). De referir que no exercício de 2015 foram desreconhecidos valores referentes a anos anteriores, desde 2002, decorrendo daí um valor bastante superior ao contabilizado no exercício em apreço.

A rubrica “Juros e rendimentos similares obtidos” regista uma redução face ao ano anterior. Em 31 de dezembro de 2015, o saldo desta rubrica refere-se exclusivamente à regularização de encargos bancários de exercícios anteriores.

A rubrica de Fornecimento e Serviços Externos apresenta, em termos agregados, um aumento de 2,2%, o que decorre em grande medida das intervenções efetuadas no sistema de bilhética.

	2015	2016	Varição 2016/15
Custos Operacionais	4 356 961	4 609 670	5,80%
Receitas Operacionais	6 145 210	6 262 233	1,90%
Grau de Cobertura Operacional	141,04%	135,85%	-5,19 p.p.

[valores expressos em euros]

O grau de cobertura operacional, que traduz a cobertura dos Custos Operacionais sem amortizações pelas Receitas diretamente relacionados com a atividade operacional do TIP, registou uma variação negativa face a 2015 de 5 p.p. Esta situação decorre essencialmente do menor valor dos desconhecimentos ocorridos em 2016 face ao ano anterior, como anteriormente se refere.

9.1. Proposta de Aplicação dos Resultados

O Conselho de Administração propõe que o resultado líquido apurado no exercício, no valor de 1.187.338,95 euros (um milhão, cento e oitenta e sete mil, trezentos e trinta e oito euros e noventa e cinco cêntimos), seja integralmente transferido para a conta de Resultados Transitados.

Porto, 27 de março de 2017

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Presidente:

Vogais:

PERSPETIVAS PARA 2017



Tal como se encontra mais detalhadamente descrito no Plano de Atividades e Orçamento para 2017, prevê-se que neste ano venham a ocorrer um conjunto de intervenções que exigirão um esforço particularmente intenso quer na concretização das tarefas em curso, quer no lançamento de novas iniciativas que se consideram fundamentais para relançar a atividade do TIP, mantendo sempre o seu foco no aumento da procura de transporte público.

Os principais projetos e atividades em curso ou em fase de concretização são os que se indicam nos pontos seguintes.

A. Novo Sistema de Bilhética Desmaterializada

O sistema de bilhética em serviço no SIA, suportado exclusivamente em tecnologia sem contacto, representou, em 2003, uma inovação particularmente relevante de escala internacional. Porém, a sua relativa complexidade e as evoluções tecnológicas mais recentes, tornam oportuno o desenvolvimento de um projeto ambicioso, que permita um salto qualitativo em matéria de facilidade de utilização do sistema de transporte público.

Nesse quadro, desenvolveu-se durante o ano de 2016 um novo conceito de bilhética, projeto designado por **anda**, que será suportado nos dispositivos de comunicação móvel (*smartphones*) dos clientes, visando implementar um sistema do tipo check-in, be-out [CIBO], ou seja, em que o cliente apenas necessita de efetuar a validação no momento do embarque sendo automaticamente detetado o local de saída. Este novo sistema de bilhética, em projeto, deverá permitir igualmente que o pagamento ocorra posteriormente à realização das viagens, através de um cálculo automático, com um ciclo mensal, que permita minimizar os custos tarifários para o cliente.

Estima-se que no primeiro semestre de 2018 este novo sistema possa entrar em serviço em toda a rede do SIA.

B. Alargamento do Sistema Intermodal Andante

A AMP encontra-se a desenvolver um estudo de revisão do zonamento do SIA e o seu alargamento aos restantes concelhos da área metropolitana, que se espera vir a ser concluído no ano de 2017. O TIP tem assim a expectativa de assistir a um alargamento do território servido pelo SIA e à progressiva integração de um maior número de linhas e de operadores, criando melhores condições de acesso ao transporte público.

Mais concretamente, ocorreu já durante o primeiro trimestre do ano de 2017 o alargamento da rede do SIA na CP Urbanos do Porto, na linha Porto-Braga, passando a integrar as paragens da Travagem até a Trofa. Estima-se que ainda este ano venham a ocorrer novos alargamentos da

rede ferroviária da CP e a integração de novas linhas rodoviárias em zonas ainda não cobertas pela rede intermodal.

C. Reanálise dos modelos organizacional e de negócio

As modificações recentemente ocorridas no quadro normativo do setor dos transportes, nomeadamente com a entrada em vigor da Lei n.º 52/2015, de 09 de janeiro, e a alteração do enquadramento de alguns operadores, em particular com a transferência prevista das responsabilidades de gestão da STCP para os municípios, tornam oportuna uma reanálise dos modelos organizacional e do negócio do TIP, a qual deverá ser efetuada no decurso do corrente ano.

Pretende-se com este processo desenvolver uma reflexão que permita identificar as formas mais eficientes para a disponibilização do sistema de bilhética, situação que poderá dar origem a uma transferência de algumas funções para os operadores, caso essa hipótese venha a demonstrar-se como a mais ajustada.

D. Estabelecimento de um prazo para os cartões e nova imagem

A inserção de um limite temporal nos cartões Andante, 1 ano no cartão em papel e 5 anos no cartão em PVC, decidida pelo Conselho de Administração, em reunião de 01 de julho de 2016, tem por objetivo permitir o conhecimento da quantidade de títulos que se encontram ainda em circulação e reduzir a dimensão da base de dados utilizada para efetuar o processo de repartição de receita.

Este processo, iniciado em 16 de janeiro de 2017, deverá ter também como efeito colateral algum crescimento da procura de cartões de suporte, em particular de cartões de papel, resultante da necessidade de serem renovados a um ciclo, em média, certamente mais curto do que atualmente.

Para facilitar o processo de estabelecimento de um limite temporal para os cartões foi alterada a imagem dos mesmos e lançada uma campanha de troca gratuita, a qual irá decorrer até julho de 2017 para os cartões de papel e janeiro de 2018 para os cartões em PVC.

Trata-se de uma atividade com um caráter massivo que exige um esforço particularmente intenso por parte do TIP, quer no plano da comunicação, quer sobretudo ao nível da rede vendas, procurando sempre que o processo de substituição dos cartões decorra com um nível mínimo de perturbações para os clientes.

E. Requalificação dos Equipamentos de Bilhética

Estão atualmente em curso ou previstos diversos investimentos considerados necessários para garantir a disponibilidade do sistema de bilhética em serviço, e que, no essencial, irão incidir nos seguintes componentes do sistema:

Concentradores de bordo e estação, os quais vêm apresentando, para além da natural mortalidade, sucessivos decréscimos de disponibilidade;

Dispensadores das MVA, componente que tem constituído a maioria dos pedidos de intervenção corretiva, situação que se tem agravado com a alteração recente do tipo de cartões de suporte utilizados;

Máquinas Portáteis de Fiscalização, respondendo a uma carência premente, sobretudo da STCP, já que, resultado da mortalidade ocorrida nestas máquinas ao longo dos últimos anos, não existem atualmente equipamentos disponíveis em quantidade suficiente para efetuar o controlo dos passageiros.

F. Validadores de Bordo e de Estação

Estes equipamentos registam uma situação particularmente crítica no que concerne às redes ferroviárias, resultado das situações de vandalismo ocorridas que, conjugada com o facto de não ser já produzido o modelo dos validadores em serviço, está a gerar situações de indisponibilidade parcial em diversas estações.

Dada a dimensão das necessidades estimadas para os próximos anos, prevê-se o lançamento de um concurso público durante o ano de 2017.

G. Consolidação do sistema central

O sistema central tem vindo a ser objeto de alguns investimentos, em particular em 2016. No entanto, para garantir níveis de segurança e desempenho razoáveis, torna-se necessário continuar esse esforço de investimento, prevendo-se a necessidade de intervenção no *upgrade* do Computador Central de Bilhética (CCB), na virtualização das máquinas e do *backup* e no aumento da capacidade de armazenamento do sistema central.

H. Sistema de geração e difusão de listas negras

No ano 2017, serão iniciados os desenvolvimentos para a criação de um sistema de deteção e difusão automática das listas negras de todos os cartões em circulação, processo que se afigura como particularmente crítico para garantir níveis de segurança adequados do sistema de bilhética

em face da exposição adicional criada pela utilização de cartões de memória mais comuns no mercado.

I. Digitalização de Processos

A digitalização dos processos de Tarifário Social foi iniciada em 2016 afigurando-se necessário continuar este trabalho em 2017, cuja conclusão se estima poder vir a ocorrer no final do 1.º semestre para todos os processos posteriores a 1 de janeiro de 2015.

J. Processo de certificação das faturas

Espera-se este ano concluir o processo de certificação das faturas, nos canais de venda PVA, MVA e SIBS, tendo presente que no que se refere aos revendedores da rede PAGAQUI, o sistema encontra-se já a cumprir as regras estabelecidas pela Autoridade Tributária.

L. Site Andante

O website www.linhandante.com, face visível do SIA, merecerá em 2017 especial destaque com o lançamento de uma nova versão, proporcionando aos clientes maior atratividade, fácil navegação e integrando também, progressivamente, novas funcionalidades (e. g. inclusão de planeamento de viagens e carregamento de títulos de transporte).

Este desenvolvimento deverá ser efetuado em estreita colaboração quer com a AMP quer com os operadores de transporte, por forma a garantir a complementaridade e articulação dos sistemas de informação disponibilizados, procurando também minimizar os custos de investimento.

Atenta a necessidade de diversificação dos canais de venda, o TIP irá prosseguir a sua aposta na procura e implementação de novas soluções de bilhética como os carregamentos por internet (via website), para além dos efetuados em *smartphone*.

M. Info-estrutura de Comunicação

Espera-se iniciar em 2017 o processo de desenvolvimento de um manual de regras Andante concebendo uma linguagem intermodal a respeitar por todos os intervenientes no setor, nomeadamente, vocábulos, expressões, cores, formas, pictogramas, signos, tipo de letra, entre outros. O estabelecimento deste normativo permitirá uma comunicação ao público uniforme e consistente.

Também se prevê a revisão do projeto de cartografia, iniciado em 2004. Pretende-se com este processo criar uma visão integrada do sistema, facilitando a sua interpretação pelos clientes, o que obrigará a eliminar as incoerências atualmente evidenciadas na informação difundida pelos diversos canais e operadores.

N. Sistema de Gestão das Filas de Espera

A existência de filas de espera em quase todas as lojas Andante no final de cada mês e início do seguinte, tem gerado um número expressivo de situações de tensão. É, portanto, desejável a instalação de um sistema de gestão de filas de espera que, simultaneamente, torne mais confortável a espera dos clientes e facilite o trabalho dos agentes de venda, em particular nas situações de afluência intensa. Estima-se que este sistema possa entrar em serviço antes do início do ano letivo 2017-2018, encontrando-se atualmente em curso o processo de consulta ao mercado.

CONTAS DO EXERCÍCIO DE 2016



Balanço a 31 de dezembro de 2016

Balanço

Valores em Euros

RUBRICAS	Notas	31/12/2016	31/12/2015
ATIVO			
Ativo não corrente			
Ativos fixos tangíveis	5	1 260 438	1 472 007
Ativos intangíveis	6	33 151	6 302
		1 293 589	1 478 309
Ativo corrente			
Inventários	7	248 449	246 881
Clientes	8	953 942	678 418
Estado e outros entes públicos	9	116 795	316 860
Outros créditos a receber	10	1 609 463	1 168 338
Diferimentos	11	20 832	25 441
Caixa e depósitos bancários	4	9 586 307	6 672 256
		12 535 788	9 108 194
Total do ativo		13 829 377	10 586 503
CAPITAL PRÓPRIO E PASSIVO			
Capital próprio			
Capital subscrito	12	30 000	30 000
Resultados transitados	12	(1 841 046)	(4 676 427)
Subsídios ao investimento	12	18 539	36 194
Resultado líquido do período	12	1 187 339	2 835 381
Total do capital próprio	12	(605 169)	(1 774 852)
Passivo			
Passivo corrente			
Fornecedores	13	2 618 278	1 944 511
Fornecedores de investimentos	15	144 705	453 265
Estado e outros entes públicos	9	15 735	3 010
Financiamentos obtidos	16		377 998
Outras dívidas a pagar	14	11 655 829	9 582 572
		14 434 546	12 361 355
Total do passivo		14 434 546	12 361 355
Total do capital próprio e do passivo		13 829 377	10 586 503

O Contabilista Certificado

O Conselho de Administração

Demonstração dos Resultados por Naturezas dos períodos de 2016 e 2015

Demonstração dos resultados por naturezas

Valores em Euros			
RENDIMENTOS E GASTOS	Notas	2016	2015
Réditos			
Vendas e serviços prestados	17	6 262 233	6 145 210
Outros rendimentos			
Imparidade de dívidas a receber (reversões)	25	943	
Outros rendimentos e ganhos	18	268 816	1 652 105
Gastos e perdas			
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	19	(408 652)	(393 314)
Fornecimentos e serviços externos	20	(3 412 456)	(3 338 084)
Gastos com o pessoal	21	(613 046)	(572 217)
Imparidade de dívidas a receber (perdas)	25		(15 051)
Imparidade de inventários (perdas)	26	(165 161)	
Outros gastos e perdas	22	(10 355)	(38 295)
Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos		1 922 321	3 440 353
Gastos/reversões de depreciação e de amortização	5 e 6	(579 997)	(528 382)
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)		1 342 325	2 911 972
Juros e rendimentos similares obtidos	23		115 564
Juros e gastos similares suportados	24	(154 888)	(191 531)
Resultado antes de impostos		1 187 437	2 836 005
Imposto sobre o rendimento do período	9	(98)	(624)
Resultado líquido do período		1 187 339	2 835 381

O Contabilista Certificado

O Conselho de Administração

Demonstração das alterações no Capital Próprio de 1 de janeiro de 2015 a 31 de dezembro de 2016

Demonstração das alterações no capital próprio

Unidade: Euros

	Notas	Capital subscrito	Subsídios ao Investimento	Resultados transitados	Resultado líquido do período	Total
Posição em 01-01-2015	1	30 000	84 967	-5 176 026	499 600	-4 561 460
Alterações no Período:						
Aplicação dos resultados				499 600	-499 600	0
Variação subsídios ao investimento			-48 772			-48 772
	2	0	-48 772	499 600	-499 600	-48 772
Resultado Líquido do Período	3				2 835 381	2 835 381
Resultado Integral	4 = 2 + 3					2 786 608
Capital próprio em 31-12-2015	6	30 000	36 194	-4 676 427	2 835 381	-1 774 852
Alterações no Período:						
Aplicação dos resultados				2 835 381	-2 835 381	0
Variação subsídios ao investimento			-17 655			-17 655
	7	0	-17 655	2 835 381	-2 835 381	-17 655
Resultado Líquido do Período - 2016	8				1 187 339	1 187 339
Resultado Integral - 2016	9 = 7 + 8					1 169 684
Capital próprio em 31-12-2016	10	30 000	18 539	-1 841 046	1 187 339	-605 169

O Contabilista Certificado

O Conselho de Administração

Demonstração dos Fluxos de Caixa dos períodos de 2016 e 2015

Demonstração dos Fluxos de Caixa

Valores em Euros			
RUBRICAS	Notas	2016	2015
Fluxos de caixa das atividades operacionais:			
Recebimentos de clientes		6 001 709	6 865 531
Pagamentos a fornecedores		(3 315 716)	(3 495 188)
Pagamentos ao pessoal		(617 734)	(569 888)
	Caixa gerada pelas operações	2 068 259	2 800 455
Recebimento/ (pagamentos) do imposto sobre o rendimento		(29)	(532)
Outros recebimentos/pagamentos		72 968	1 250 369
	Fluxos de caixa das atividades operacionais (1)	2 141 198	4 050 292
Fluxos de caixa das atividades de investimento:			
Pagamentos respeitantes a :			
Ativos fixos tangíveis		(671 685)	(204 922)
Ativos intangíveis		(32 145)	0
	Fluxos de caixa das atividades de investimento (2)	(703 830)	(204 921)
Fluxos de caixa das atividades de financiamento:			
Recebimentos provenientes de:			
Outras operações de financiamento		0	0
Recebimentos a transferir para os operadores		87 108 250	86 556 434
Pagamentos respeitantes a :			
Financiamentos obtidos		(377 998)	(627 814)
Pagamentos efetuados aos operadores		(85 246 364)	(87 264 181)
Juros e gastos similares		(7 205)	(12 203)
Reduções de capital e de outros instrumentos de capital próprio		0	0
	Fluxos de caixa das atividades de financiamento (3)	1 476 683	(1 347 763)
Varição de caixa e seus equivalentes (1 + 2 + 3)		2 914 051	2 497 608
Caixa e seus equivalentes no início do período	4	6 672 256	4 174 649
Caixa e seus equivalentes no fim do período	4	9 586 307	6 672 256

O Contabilista Certificado

O Conselho de Administração

Anexo ao Balanço e à Demonstração dos Resultados do período findo em 31 de dezembro de 2016

(valores expressos em euros)

1. INTRODUÇÃO

O TIP – Transportes Intermodais do Porto, A.C.E., com sede na Avenida Fernão de Magalhães, nº 1862 – 9º, 4350-158 Porto, foi constituído por escritura pública em 20 de dezembro de 2002, consistindo a sua atividade principal na implementação e gestão de um sistema de bilhética de transporte intermodal na área metropolitana do Porto.

Estas demonstrações financeiras foram aprovadas pelo Conselho de Administração, na reunião de 27 de março de 2017. É da opinião do Conselho de Administração que estas demonstrações financeiras refletem de forma verdadeira e apropriada as operações do Agrupamento, bem como a sua posição e performance financeira e os fluxos de caixa.

2. REFERENCIAL CONTABILÍSTICO DE PREPARAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

2.1. Bases de preparação

Estas demonstrações financeiras foram preparadas de acordo com as disposições do SNC, emitidas e em vigor à data de 31 de dezembro de 2016, de acordo com o princípio do custo histórico, sendo supletivamente adotadas disposições das Normas Internacionais de Relato Financeiro (IAS/IFRS) e respetivas interpretações (SIC/IFRIC).

2.2. Derrogação das disposições do SNC

Não existiram, no decorrer do período a que respeitam estas Demonstrações Financeiras, quaisquer casos excecionais que implicassem diretamente a derrogação de qualquer disposição prevista pelo SNC.

2.3. Comparabilidade das demonstrações financeiras

Os elementos constantes nas presentes Demonstrações Financeiras são, na sua totalidade, comparáveis com os do período anterior.

3. PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS

As principais políticas contabilísticas aplicadas na elaboração destas demonstrações financeiras são as que abaixo se descrevem. Estas políticas foram consistentemente aplicadas a todos os períodos apresentados, salvo indicação contrária.

3.1. Ativos fixos tangíveis

Os ativos fixos tangíveis encontram-se valorizados pelo seu custo deduzido das depreciações acumuladas e eventuais perdas por imparidade. Este custo pode ser o custo estimado à data de transição para NCRF ou o custo de aquisição para ativos obtidos após essa data.

O custo de aquisição inclui o preço de compra do ativo, as despesas diretamente imputáveis à sua aquisição e os encargos suportados com a preparação do ativo para que se encontre em condições de utilização. Os gastos financeiros incorridos na construção de ativos tangíveis são reconhecidos como parte do custo de construção do ativo.

Os gastos subsequentes incorridos com renovações e grandes reparações, que façam aumentar a vida útil ou a capacidade produtiva dos ativos são reconhecidos no custo do ativo.

Os encargos com reparações e manutenção de natureza corrente são reconhecidos como um gasto do período em que são incorridos.

As vidas úteis estimadas para os ativos fixos tangíveis mais significativos são conforme segue:

	<u>N.º de anos</u>
Equipamento básico	8
Equipamento administrativo	8

Sempre que existam indícios de perda de valor dos ativos fixos tangíveis, são efetuados testes de imparidade, de forma a estimar o valor recuperável do ativo e, quando necessário, registar

uma perda por imparidade. O valor recuperável é determinado pelo mais elevado valor entre o preço de venda líquido e o valor de uso do ativo, sendo este último calculado com base no valor atual dos fluxos de caixa futuros estimados, decorrentes do uso continuado e da alienação do ativo no fim da sua vida útil.

Os ganhos ou perdas na alienação dos ativos são determinados pela diferença entre o valor de realização e o valor contabilístico do ativo, sendo reconhecidos na demonstração dos resultados.

3.2. Ativos intangíveis

Os ativos intangíveis adquiridos separadamente são mensurados, na data do reconhecimento inicial, pelo seu custo.

Após o reconhecimento inicial, os ativos intangíveis apresentam-se ao custo menos amortizações e perdas por imparidade acumuladas.

As vidas úteis dos ativos intangíveis são avaliadas entre finitas ou indefinidas.

Os ativos intangíveis com vidas úteis finitas são amortizados durante o período de vida económica esperada e avaliados quanto à imparidade sempre que existe uma indicação de que o ativo possa estar em imparidade.

A imparidade destes ativos é determinada tendo por base os critérios descritos na alínea anterior, relativa aos ativos fixos tangíveis.

As reversões das imparidades são reconhecidas em resultados e não devem exceder a quantia escriturada do bem que teria sido determinada caso nenhuma perda por imparidade tivesse sido reconhecida anteriormente.

Para um ativo intangível com uma vida útil finita, os métodos de amortização, a vida útil estimada e o valor residual são revistos no final de cada ano e os efeitos das alterações são tratados como alterações de estimativas i.e. o efeito das alterações é tratado de forma prospetiva.

Considera-se que o valor residual é nulo pelo que o valor depreciável sobre o qual incidem as amortizações é coincidente com o custo.

As taxas de amortização estão definidas tendo em vista amortizar totalmente os bens até fim da sua vida útil esperada e são de 33,33% para a sua totalidade.

O gasto com amortizações de ativos intangíveis com vidas úteis finitas é reconhecido na demonstração de resultados na rubrica de “Gastos/reversões de depreciação e amortização”.

Qualquer ganho ou perda resultante do desreconhecimento de um ativo intangível (calculado como a diferença entre o valor de venda menos o custo da venda e o valor contabilístico) é incluído no resultado do exercício no ano em que o ativo é desreconhecido.

3.3. Inventários

As mercadorias correspondem na sua quase totalidade a títulos de transporte e encontram-se valorizadas ao custo de aquisição.

As perdas previstas na realização dos inventários são objeto de ajustamento.

3.4. Imposto sobre o rendimento

Nos termos do n.º 2 do artigo 6º do Código do IRC, os Agrupamentos Complementares de Empresas estão abrangidos por um regime fiscal especial, nomeadamente o Regime de Transparência Fiscal, sendo os prejuízos do período, apurados nos termos do referido Código, imputados diretamente aos respetivos membros na proporção da sua parcela no capital social do A.C.E.

Apesar do Agrupamento estar abrangido pelo regime de transparência fiscal, nos termos do artigo 6º do Código do IRC, foi efetuado o cálculo das tributações autónomas relativamente ao período de 2016, conforme o disposto no artigo 88º do Código do IRC.

3.5. Clientes e Outros créditos a receber

As rubricas de “Clientes e Outros créditos a receber” são reconhecidas inicialmente ao justo valor, sendo subsequentemente mensuradas ao custo amortizado, deduzido de ajustamentos por imparidade (quando aplicável). As perdas por imparidade dos clientes e créditos a receber são registadas, sempre que exista evidência objetiva de que os mesmos não são recuperáveis conforme os termos iniciais da transação. As perdas por imparidade identificadas são registadas na demonstração dos resultados, em “Imparidades em dívidas a receber”, sendo subsequentemente revertidas por resultados, caso os indicadores de imparidade diminuam ou desapareçam.

3.6. Subsídios e apoios do Governo

O ACE reconhece os subsídios recebidos da União Europeia inicialmente na rubrica de capital próprio “Subsídios ao investimento”, sendo subsequentemente creditados na demonstração dos resultados numa base sistemática em função da amortização do respetivo ativo tangível.

3.7. Locações

Os contratos de locação relativamente aos quais o ACE assume substancialmente todos os riscos e vantagens inerentes à posse do ativo locado são classificados como locações financeiras.

Os contratos de locação financeira são registados na data do seu início como ativo e passivo, pelo menor entre o justo valor do bem e o valor atual das rendas de locação vincendas. A dívida resultante de um contrato de locação financeira é registada líquida de encargos financeiros, na rubrica de “Financiamentos obtidos”. Os encargos financeiros incluídos na renda e a depreciação dos ativos locados são reconhecidos na Demonstração dos Resultados no período a que dizem respeito.

Os ativos adquiridos em locação financeira são amortizados de acordo com a política estabelecida pelo ACE para os ativos fixos tangíveis.

3.8. Gastos e rendimentos

Os gastos e rendimentos são registados no período a que se referem, independentemente do seu pagamento ou recebimento, de acordo com o princípio contabilístico da especialização dos períodos. Segundo o referido princípio contabilístico, as diferenças entre os montantes recebidos e pagos e os correspondentes réditos e gastos são sempre reconhecidas como ativos ou passivos, se se qualificarem como tal.

3.9. Gastos com pessoal

Os gastos com pessoal são reconhecidos quando o serviço é prestado pelos colaboradores independentemente da data do seu pagamento.

De acordo com a legislação laboral em vigor os colaboradores adquirem o direito a férias e ao subsídio de férias no final do período em que o serviço é prestado. Assim, foi reconhecido nos resultados do período um acréscimo dos montantes que serão pagos no ano seguinte os quais se encontram refletidos na rubrica “Outras Dívidas a Pagar”.

3.10. Rédito

a) Venda de bens

Os rendimentos gerados pela venda de títulos de viagem (suporte) são registados mensalmente, de acordo com as informações extraídas do sistema de bilhética.

b) Serviços prestados

Os rendimentos gerados pelas comissões de Validação e de Rede de Vendas são registados mensalmente, de acordo com as informações extraídas do sistema de bilhética.

3.11. Principais estimativas e julgamentos apresentados

As estimativas e julgamentos com impacto nas demonstrações financeiras do ACE são continuamente avaliados, representando à data de cada relato a melhor estimativa do Conselho de Administração, tendo em conta o desempenho histórico, a experiência acumulada e as expectativas sobre eventos futuros que, nas circunstâncias em causa, se acredita serem razoáveis.

A natureza intrínseca das estimativas pode levar a que o reflexo real das situações que haviam sido alvo de estimativa, para efeitos de relato financeiro, difira dos montantes estimados. As estimativas e os julgamentos que apresentam um maior risco de originar um ajustamento material no valor contabilístico de ativos e passivos no decurso do período seguinte são as que seguem:

Estimativas contabilísticas relevantes

3.11.1 Provisões

O ACE analisa de forma periódica eventuais obrigações que resultem de eventos passados e que devam ser objeto de reconhecimento ou divulgação.

A subjetividade inerente à determinação da probabilidade e montante de recursos internos necessários para o pagamento das obrigações poderá conduzir a ajustamentos significativos, quer por variação dos pressupostos utilizados, quer pelo futuro reconhecimento de provisões anteriormente divulgadas como passivos contingentes.

3.11.2 Imparidade

A determinação de uma eventual perda por imparidade pode ser despoletada pela ocorrência de diversos eventos, muitos dos quais fora da esfera de influência do ACE.

A identificação dos indicadores de imparidade, a estimativa de fluxos de caixa futuros e a determinação do justo valor dos ativos implicam um elevado grau de julgamento por parte do Conselho de Administração no que respeita à avaliação dos diferentes indicadores de imparidade, fluxos de caixa esperados, taxas de desconto aplicáveis, vidas úteis e valores residuais.

3.11.3 Vida útil dos ativos fixos tangíveis e intangíveis

A vida útil de um ativo é o período durante o qual uma entidade espera que esse ativo esteja disponível para seu uso e deve ser revista pelo menos no final de cada exercício económico.

O método de amortização/depreciação a aplicar e as perdas estimadas decorrentes da substituição de equipamentos antes do fim da sua vida útil, por motivos de obsolescência tecnológica, é essencial para determinar a vida útil efetiva de um ativo.

Estes parâmetros são definidos de acordo com a melhor estimativa da gestão, para os ativos e negócios em questão, considerando também as práticas adotadas por empresas dos sectores em que o Agrupamento opera.

3.12. Alterações das políticas contabilísticas

3.12.1 Alterações voluntárias de políticas contabilísticas

Durante o período não ocorreram alterações voluntárias de políticas contabilísticas, face às consideradas na preparação da informação financeira relativa ao período anterior apresentada nos comparativos.

4. FLUXOS DE CAIXA

Desagregação dos valores inscritos na rubrica de caixa e em depósitos bancários

Em 31 de Dezembro de 2016 e 2015, o detalhe de caixa e equivalentes de caixa apresenta os seguintes valores:

	<u>2016</u>	<u>2015</u>
Depósitos bancários	9.284.809	6.210.441
Caixa	301.497	461.815
Caixa e equivalentes de caixa	<u>9.586.307</u>	<u>6.672.256</u>

5. ATIVOS FIXOS TANGÍVEIS

Durante o período findo em 31 de dezembro de 2016 os movimentos registados em rubricas do ativo fixo tangível foram como segue:

Movimentos nos ativos fixos tangíveis – 2016

	Edifícios e outras construções	Equipamento básico	Equipamento Administrativo	Total
1 de Janeiro de 2016				
Custo de Aquisição	6.645	12.036.864	482.005	12.525.514
Depreciações acumuladas	-6.645	-10.656.662	-390.200	-11.053.506
Valor Líquido	0	1.380.202	91.806	1.472.006
Variação do período				
Adições	0	238.040	125.084	363.125
Abates	0	0	-1.060	-1.060
Depreciação-exercício	0	-478.551	-96.143	-574.694
Depreciação-abates	0	0	1.060	1.060
Valor Líquido	0	-240.510	28.941	-211.569
31 de Dezembro de 2016				
Custo de Aquisição	6.645	12.274.904	606.030	12.887.578
Depreciações acumuladas	-6.645	-11.135.212	-485.283	-11.627.140
Valor Líquido	0	1.139.691	120.746	1.260.438

Durante o período findo em 31 de dezembro de 2015 os movimentos registados em rubricas do ativo fixo tangível foram como segue:

Movimentos nos ativos fixos tangíveis – 2015

	Edifícios e outras construções	Equipamento básico	Equipamento Administrativo	Total
1 de Janeiro de 2015				
Custo de Aquisição	6.645	11.523.146	397.218	11.927.008
Depreciações acumuladas	-6.645	-10.173.419	-353.998	-10.534.062
Valor Líquido	0	1.349.727	43.219	1.392.946
Variação do período				
Adições	0	513.717	84.788	598.506
Abates	0	0	0	0
Regularização-exercício	0	-1.510	1.510	0
Depreciação-exercício	0	-481.732	-37.712	-519.445
Depreciação-abates	0	0	0	0
Valor Líquido	0	30.474	48.587	79.061
31 de Dezembro de 2015				
Custo de Aquisição	6.645	12.036.863	482.006	12.525.514
Depreciações acumuladas	-6.645	-10.656.661	-390.200	-11.053.506
Valor Líquido	0	1.380.202	91.806	1.472.007

No período findo em 31 de dezembro de 2016 o valor líquido dos ativos fixos tangíveis, adquiridos sob o regime de locação financeira é o seguinte:

	<u>2016</u>	<u>2015</u>
Valor bruto	4.409.505	4.409.505
Depreciações acumuladas	(4.366.098)	(4.329.070)
	<u>43.407</u>	<u>80.436</u>

As depreciações dos ativos fixos tangíveis estão reconhecidas, na sua totalidade, na rubrica “Gastos de depreciação e de amortização” da Demonstração dos Resultados.

6. ATIVOS INTANGÍVEIS

Durante o período findo em 31 de dezembro de 2015 os movimentos registados em rubricas do ativo intangível foram como segue:

Movimentos nos ativos intangíveis – 2015

	<u>Programas de computador</u>	<u>Total</u>
1 de Janeiro de 2015		
Custo de Aquisição	59.797	59.797
Amortizações acumuladas	-44.558	-44.558
Valor Líquido	<u>15.239</u>	<u>15.239</u>
Varição do período		
Adições	0	0
Amortizações-exercício	-8.937	-8.937
Valor Líquido	<u>6.302</u>	<u>6.302</u>
31 de Dezembro de 2015		
Custo de Aquisição	59.797	59.797
Amortizações acumuladas	-53.495	-53.495
Valor Líquido	<u>6.302</u>	<u>6.302</u>

Durante o período findo em 31 de dezembro de 2016 os movimentos registados em rubricas do ativo intangível foram como segue:

Movimentos nos ativos intangíveis – 2016

	Projetos em desenvolvimento	Programas de computador	Total
1 de Janeiro de 2016			
Custo de Aquisição	0	59.797	59.797
Amortizações acumuladas	0	-53.495	-53.495
Valor Líquido	0	6.302	6.302
Varição do período			
Adições	32.152	0	32.152
Amortizações-exercício	0	-5.303	-5.303
Valor Líquido	32.152	-5.303	26.849
31 de Dezembro de 2016			
Custo de Aquisição	32.152	59.797	91.949
Amortizações acumuladas	0	-58.798	-58.798
Valor Líquido	32.152	999	33.151

A rubrica “Projetos em desenvolvimento” no montante de 32.152 euros em 31 de dezembro de 2016 (valor nulo em 31 de dezembro de 2015) corresponde à parceria entre a FEUP e o TIP no desenvolvimento do projeto piloto designado por “*anda*”. Este projeto piloto visa a disponibilização de um sistema de pagamento da utilização do transporte público com o recurso à tecnologia dos *smartphones*.

7. INVENTÁRIOS

A totalidade das existências registadas no final do período ascende ao montante de 413.610 euros (246.881 euros em 2015) às quais foram deduzidas perdas por imparidade de 165.161 euros (valor nulo em 2015) e encontram-se em poder do TIP e de terceiros.

Durante o exercício de 2016, os movimentos de perdas por imparidade de inventários são analisados como segue:

	Saldo 1 Janeiro	Dotação do exercício	Reversões	Utilizações	Saldo 31 Dezembro
Titulos Andante – Imagem antiga	0	165.161	0	0	165.161
Total de imparidade de inventários	0	165.161	0	0	165.161

Na sequência da alteração da imagem gráfica do título Andante foi efetuado ajustamento correspondente ao valor total dos títulos, registados no inventário realizado com referência à data de 31/12/2016, com a anterior imagem gráfica do título Andante.

8. CLIENTES

No período findo em 31 de Dezembro de 2016 e 2015, a decomposição da rubrica de Clientes (saldos correntes), representa-se como segue:

	2016	2015
Clientes – Entidades públicas	515.742	256.944
Clientes – Entidades não públicas	438.200	421.475
Clientes em mora à mais de 24 meses	14.108	15.051
Clientes - Perdas por imparidade	-14.108	-15.051
Total de Clientes	953.942	678.418

Nessas datas os saldos mais significativos de clientes referem-se às seguintes entidades:

	2016	2015
CP-Comboios de Portugal, E.P.E.	247.834	53.864
STCP-Soc.Transp.Colec. Porto, SA	161.195	146.601
PSP - Direcção Nacional	118.654	78.258
Metro do Porto, S.A.	115.761	106.063
Direcção Geral da Adm.da Justiça	66.168	30.783
Resende Actividade Turística, S.A.	50.285	16.864
Alternância-Ens.Form.Profissional	20.432	9.899
Touristic Douro Tour, Lda.	18.700	0
Brigada Fiscal GNR Cons.Administr.	18.638	16.489
Outras dívidas de clientes	136.275	219.597
Total Clientes	953.942	678.418

Durante o exercício de 2016, os movimentos de perdas por imparidade de clientes são analisados como segue:

	Saldo 1 Janeiro	Dotação do exercício	Reversões	Utilizações	Saldo 31 Dezembro
Clientes com créditos em mora à mais de 24 meses:					
Setor empresarial e particulares	693	0	0	39	654
Setor público	14.359	0	0	904	13.455
Total de imparidades de clientes	15.051	0	0	943	14.108

9. ESTADO E OUTROS ENTES PÚBLICOS

Nos períodos findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015, os saldos da rubrica “Estado e outros entes públicos” apresentavam-se como segue:

	2016		2015	
	Ativo	Passivo	Ativo	Passivo
IVA- A recuperar	111.911	0	311.973	0
IVA- A pagar	0	14.912	0	0
IRS – Retenções na fonte (a terceiros)	0	724	0	2.386
IRC – Retenções na fonte a receber	4.883	0	4.883	0
IRC – Retenções na fonte (por terceiros)	0	0	4	0
IRC – Tributações autónomas	0	98	0	624
	116.795	15.735	316.860	3.010

10. OUTROS CRÉDITOS A RECEBER

Em 31 de Dezembro de 2016 e 2015, os saldos mais significativos da rubrica “Outras contas a receber” apresentavam-se como segue:

	2016	2015
Operadores conta corrente	563.028	414.702
Acrésc. rendimento-Seguro MR a cargo do operador	473.618	245.427
Acrésc. rendimento-Vandalismo a cargo do operador	254.650	254.650
Operadores receita distribuída	61.501	61.501
Acrésc. rendimento-Comissões Ativ. Intermodal	44.343	18.199
Acrésc. rendimento-Comissões Monomodais	32.930	17.828
Outros acrésc. rendimentos	179.393	156.031
Total de outras contas a receber	1.609.463	1.168.338

11. DIFERIMENTOS

O saldo da rubrica «Diferimentos (Ativo)» em 31 de Dezembro de 2016 refere-se exclusivamente a “Outros gastos a reconhecer” no montante de 20.832 euros (25.441 euros em 2015).

12. CAPITAL

Capital subscrito

Em 31 de Dezembro de 2016 e 2015, o capital social do Agrupamento, encontrava-se totalmente subscrito e realizado. Ascende ao montante de 30.000 euros divididos em três parcelas iguais unitárias no valor de 10.000 euros.

Resultados Transitados

A rubrica “Resultados Transitados” contempla a aplicação dos sucessivos resultados líquidos do Agrupamento, conforme deliberado nas Assembleias Gerais do ACE. A importância acumulada nesta rubrica é, em 31 de Dezembro de 2016, de -1.841.046 euros (-4.676.427 euros em 2015).

Subsídios ao investimento

A rubrica “Subsídios ao investimento” é composta por fundos comunitários com origem no FEDER. Os movimentos ocorridos nos períodos findos em 31 de Dezembro de 2016 e 2015 foram os seguintes:

	<u>Montante</u>
1 de Janeiro de 2015	<u>84.967</u>
Regularizações por resultados	-48.772
31 de Dezembro de 2015	<u>36.194</u>
Regularizações por resultados	-17.655
31 de Dezembro de 2016	<u><u>18.539</u></u>

Resultado Líquido do Período

Os movimentos ocorridos nos períodos findos em 31 de Dezembro de 2016 e 2015 na rubrica “Resultado líquido do período” foram os seguintes:

	<u>Montante</u>
1 de Janeiro de 2015	<u>499.600</u>
Aplicação dos resultados	-499.600
Resultado do período	2.835.381
31 de Dezembro de 2015	<u>2.835.381</u>
Aplicação dos resultados	-2.835.381
Resultado do período	1.187.339
31 de Dezembro de 2016	<u><u>1.187.339</u></u>

13.FORNECEDORES

Em 31 de dezembro de 2016 e 2015, os saldos mais significativos de fornecedores referem-se às seguintes entidades:

	2016	2015
Metro do Porto, S. A.	1.724.112	1.073.006
Novabase Solutions S. A.	237.006	203.719
Egor Outsourcing Pr.S.O.Ad.Pessoal	200.895	119.191
Ask, S. A.	159.395	41.291
STCP-Soc.Transp.Colec. Porto, S.A	85.957	288.364
CARD4B - SYSTEMS, S. A.	55.970	41.743
Prosegur - Comp. de Segurança, Lda	41.690	84.703
Outras dívidas a fornecedores	113.253	92.493
	2.618.278	1.944.511

14.OUTRAS DÍVIDAS A PAGAR

Em 31 de Dezembro de 2016 e 2015, o detalhe da rubrica de Outras contas a pagar (Saldo corrente) é o seguinte:

	2016	2015
STCP-Soc.Transp.Colec. Porto, S. A.	3.813.368	2.104.561
Metro do Porto, S.A.	3.672.772	3.408.807
Receita a repartir pelos operadores	2.951.905	2.476.748
Empresa de Transp. Gondomarense	314.865	343.051
CP-Comboios de Portugal, E.P.E.	311.452	455.798
Resende Actividade Turística, S. A.	170.249	372.444
J.Espirito Santo & Irmãos, Lda	132.268	141.330
Valpi-Alberto Pinto & Filhos, Lda.	123.654	128.029
Outras contas a pagar	165.296	151.805
Total de outras contas a pagar (saldo corrente)	11.655.829	9.582.572

	2016	2015
Outros credores		
Credores diversos i)	8.447.544	7.034.387
Receita a repartir ii)	2.951.905	2.476.748
Acréscimos de gastos		
Remunerações	66.859	69.885
Outros	189.521	1.552
	11.655.829	9.582.572

- i) A rubrica “Credores diversos” refere-se maioritariamente aos montantes faturados pelos operadores de transporte aderentes à intermodalidade.

- ii) O procedimento de repartição da receita da venda de títulos intermodais Andante pelos operadores aderentes, que prestam o serviço de transporte aos clientes, ocorre no momento de utilização da viagem adquirida. Essa repartição é processada por uma aplicação informática, denominada de MRRA – Modelo de Repartição Receita Andante, que foi certificada pela empresa Critical em 2007. O facto da aquisição da viagem, por parte do cliente, ocorrer em momento anterior, ao da sua utilização, determina uma diferença temporal entre os valores da receita da venda de títulos intermodais Andante e os valores repartidos pelos operadores aderentes ao Sistema Intermodal Andante.

Em 31 de dezembro de 2016 o saldo da receita a repartir registado na contabilidade era de 2.951.905 euros (2.476.746 euros em 31 de dezembro de 2015).

Estes valores encontram-se já expurgados dos seguintes fluxos:

- Receita a não repartir no montante de 138.290 euros em 31 de dezembro de 2016 (134.303 euros em 31 de dezembro de 2015): diz respeito à contabilização da receita arrecadada pelo TIP e sem expectativa de repartição pelos operadores por impossibilidade técnica do algoritmo em vigor. Este valor é explicado pela diferença entre a faturação de títulos Andante Pro (títulos entretanto expirados e não utilizados) e a correspondente receita repartida;
- Receita a desreconhecer, 31 de dezembro de 2016, no montante de 82.275 euros (96.972 euros em 31 de dezembro de 2015): diz respeito ao desreconhecimento no balanço do passivo referente aos talões "Vale Numerário" expirados (data de validade superior a 2 anos)

Assim a rubrica “Receita a repartir” corresponde, essencialmente, à diferença entre os valores da receita da venda de títulos intermodais Andante com depósito bancário efetuado em contas do TIP passível de repartição, de acordo com o algoritmo em vigor, e os valores repartidos pelos operadores aderentes ao Sistema Intermodal Andante. Para o apuramento do referido valor foram tidos em conta os seguintes movimentos, conforme apresentado no quadro infra:

- Receita Intermodal - diferença entre os valores da receita da venda de títulos intermodais Andante, com e sem depósito efetuado em contas da empresa, e os valores repartidos pelos operadores aderentes ao Sistema Intermodal;
- Receita em trânsito - valores da receita da venda de títulos intermodais Andante por depositar em contas da empresa (maioritariamente valores ainda não depositados relativamente à rede de vendas Pagaqui, Lojas andante e MVA's);

- Abastecimento das MVA's (Máquinas de Venda Automática) - diferencial entre os valores contabilizados e os valores apurados relativamente ao abastecimento de trocos nas MVA's (valor a ser entregue pelo Grupo 8).

	31-12-2016	31-12-2015
Receita intermodal	4.636.744	4.012.517
Receita em trânsito	-1.833.221	-1.787.128
MVA's	-549.781	-533.949
Lojas Andante e Payshop	-1.283.441	-1.253.179
Outros	0	0
Abastecimento das MVA's	148.382	251.359
Total	2.951.905	2.476.748

Em 31 de dezembro de 2016 e 2015, a receita intermodal apresenta a seguinte decomposição:

	31-12-2016	31-12-2015
Assinaturas de Janeiro do ano seguinte	2.138.141	1.772.793
Títulos Ocasionais não validados	1.880.798	1.783.777
Talões "Vale Numerário" não reclamados	203.712	178.298
Outros (por caracterizar)	414.093	277.648
Receita Intermodal	4.636.744	4.012.517

A rubrica "Outros (por caracterizar)" resulta diretamente da análise efetuada, com referência a 31 de dezembro de 2016 e 31 de dezembro de 2015, à receita intermodal arrecadada e por repartir. Foi obtida da diferença entre o total da receita arrecadada pelo TIP em 31 de dezembro de 2016 de 4.636.744 euros (4.012.517 em 31 de dezembro de 2015) e as correspondes responsabilidades (4.222.651 euros em 31 de dezembro de 2016 e 3.734.869 euros em 31 de dezembro de 2015).

A impossibilidade de caracterização de 414.093 euros em 31 de dezembro de 2016 (277.648 euros em 31 de dezembro em 2015) poderá resultar do efeito combinado da existência de viagens não reclamadas e de registos com anomalias na base de dados de bilhética.

15.FORNECEDORES DE INVESTIMENTOS

Em 31 de dezembro de 2016 e 2015, os saldos mais significativos de fornecedores de investimentos referem-se às seguintes entidades:

	2016	2015
NOVABASE BUSINESS SOLUTIONS, SA	142.310	372.697
LUIRAMA-COMÉRCIO EQUIP. ESCRITÓRIO	2.394	0
Outros	0	80.568
Total de fornecedores de investimentos	144.705	453.265

16.FINANCIAMENTOS OBTIDOS

Em 31 de Dezembro de 2016 e 2015, o detalhe dos financiamentos obtidos quanto ao prazo e natureza, são os seguintes:

	2016			2015		
	Corrente	Não Corrente	Total	Corrente	Não Corrente	Total
Locação Financeira	0	0	0	377.998	0	377.998
Total	0	0	0	377.998	0	377.998

O financiamento que estava negociado em euros e vencia juros a taxa variável, foi totalmente amortizado em 2016.

Os bens utilizados pelo ACE em regime de locação financeira são equipamentos de bilhética, os quais se encontram registados no ativo pelo valor bruto de 4.409.505 euros. No final do período o montante em dívida associado a este contrato era nulo (377.998 euros em 31 de dezembro de 2015).

17.VENDAS E SERVIÇOS PRESTADOS

O valor das vendas e dos serviços prestados reconhecido na demonstração dos resultados, é detalhado como segue:

	2016	2015
Prestação de serviços – Ambito intermodal	4.485.095	4.473.997
Vendas mercadorias – Títulos	1.632.580	1.548.960
Prestação de serviços – Ambito monomodal	144.558	122.253
Total de vendas e serviços prestados	6.262.233	6.145.210

18.OUTROS RENDIMENTOS E GANHOS

A rubrica de “Outros rendimentos e ganhos” apresenta o seguinte detalhe:

	Notas	2016	2015
Desreconhecimento Andante Pro		138.290	134.303
Desreconhecimento (vales)		87.212	102.790
Imputação de subsídios ao investimento	12	17.655	48.772
Outros		25.659	2.942
Corr. relativas a períodos anteriores		0	1.363.297
Total de outros rendimentos e ganhos		268.816	1.652.105

O montante 1.363.297 da rubrica “Correções relativas a períodos anteriores” de 2015, corresponde essencialmente a dois conjuntos de fluxos identificados como passíveis não serem objeto de repartição pelos operadores:

- A rubrica “Receita a não repartir” diz respeito à receita arrecadada e registada na contabilidade no montante de 881.904 euros, sem expectativa de repartição pelos operadores por impossibilidade técnica do algoritmo em vigor. Este valor é explicado pela diferença entre a receita repartida e a faturação de títulos Andante Pro e Euro 2004 (títulos entretanto expirados e não utilizados).
- A rubrica “Receita a desreconhecer” diz respeito aos talões "Vale Numerário" expirados (data de emissão anterior à data do balanço – 31/12/n - superior a 2 anos) no montante de 481.393 euros.

19.CUSTO DAS MERCADORIAS VENDIDAS E DAS MATÉRIAS CONSUMIDAS

O detalhe do custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas é o seguinte:

	<u>2016</u>	<u>2015</u>
Existências iniciais	246.881	352.720
Compras	575.382	287.475
Existências finais	-413.610	-246.881
Gasto do período	<u>408.652</u>	<u>393.314</u>

20.FORNECIMENTOS E SERVIÇOS EXTERNOS

O detalhe dos gastos com fornecimentos e serviços externos é como segue:

	<u>2016</u>	<u>2015</u>
Subcontratos	1.922.890	1.947.011
Serviços especializados	1.129.481	1.092.581
Serviços diversos	306.737	239.424
Materiais	34.897	42.774
Outros	18.450	16.293
Total de fornecimentos e serviços externos	<u>3.412.456</u>	<u>3.338.084</u>

A rubrica “Subcontratos” refere-se fundamentalmente a encargos com a rede de vendas Andante designadamente:

- Comissões de processamento de pagamentos: 647.213 euros (736.240 euros em 2015);
- Transporte e tratamento de valores: 542.171 euros (550.051 euros em 2015);
- Recursos humanos: 630.727 euros (562.040 euros em 2015).

A rubrica “Serviços especializados” corresponde, essencialmente, a encargos com conservação e reparação de equipamentos de bilhética, 876.941 euros (806.930 euros em 2015) e trabalhos especializados de diversas entidades, 223.840 euros (265.594 euros em 2015).

21.GASTOS COM O PESSOAL

Os gastos com pessoal, incorridos durante os períodos de 2016 e 2015, foram como segue:

	<u>2016</u>	<u>2015</u>
Remunerações		
Órgãos sociais	55.285	41.212
Pessoal	433.513	417.705
	<u>488.797</u>	<u>458.917</u>
Encargos sociais		
Encargos sobre remunerações	113.619	104.744
Custos de ação social	4.051	2.079
Outros	6.580	6.476
	<u>124.249</u>	<u>113.300</u>
Total de gastos com o pessoal	<u><u>613.046</u></u>	<u><u>572.217</u></u>

O número médio de colaboradores do ACE em 2016 foi de 11 (12 em 2015), conforme se segue:

- Pertencentes ao quadro de pessoal da Metro do Porto 8 pessoas
- Pertencentes ao quadro de pessoal da STCP 3 pessoas
- Pertencentes ao quadro de pessoal da CP 1 pessoas

22.OUTROS GASTOS E PERDAS

O detalhe dos “Outros gastos e perdas” dos períodos de 2016 e 2015 é como segue:

	<u>2016</u>	<u>2015</u>
Impostos e taxas	9.207	33.412
Dívidas incobráveis	943	0
Multas e penalidades	169	4.883
Outros	36	0
Total de outros gastos e perdas	<u>10.355</u>	<u>38.295</u>

23. JUROS E RENDIMENTOS SIMILARES OBTIDOS

O saldo da rubrica «Juros e gastos similares obtidos» em 31 de Dezembro de 2015 refere-se exclusivamente a regularização de encargos bancários de exercícios anteriores no montante de 115.564 euros. Em 31 de Dezembro de 2016 esta rubrica apresentava saldo nulo.

24. JUROS E GASTOS SIMILARES SUPORTADOS

O detalhe dos “Juros e gastos similares suportados” dos períodos de 2016 e 2015 é como segue:

	2016	2015
Gastos com serviços bancários	151.724	177.880
Juros de financiamentos obtidos	3.156	12.106
Outros	8	1.545
Total de juros e gastos similares suportados	154.888	191.531

25. IMPARIDADES DE DIVIDAS A RECEBER

A quantia reconhecida na rubrica “Imparidade de dívidas a receber” refere-se exclusivamente a clientes em mora há mais de 24 meses (conforme explicitado na nota 8) e apresenta no final de 2016 reversão de 943 euros (perdas de 15.051 euros em 2015).

	2016		2015	
	Rendimentos	Gastos	Rendimentos	Gastos
Dividas a receber de clientes	943	0	0	15.051
Total de perdas por imparidades de dívidas a receber	943	0	0	15.051

26. IMPARIDADE DE INVENTÁRIOS

A quantia reconhecida na rubrica “Imparidade de inventários” refere-se exclusivamente a Títulos Andante com imagem antiga (conforme explicitado na nota 7) e apresenta no final de 2016 o montante de 165.161 euros (valor nulo em 2015).

27.PARTES RELACIONADAS

Transações entre partes relacionadas

Empresas agrupadas:

CP Comboios de Portugal E.P.E.
Metro do Porto, S. A.
STCP-Sociedade de Transportes Colectivos do Porto, S. A.

Transações e saldos pendentes

Durante o período, o A.C.E. efetuou as seguintes transações com entidades agrupadas:

	2016	2015
Prestação de Serviços		
CP Comboios de Portugal E.P.E.	699.310	753.712
STCP-Soc. Transp. Colectivos do Porto	1.716.903	1.906.611
Metro do Porto, S. A.	1.873.624	1.878.626
	4.289.837	4.538.949
Aquisição de Serviços (incl receita)		
CP Comboios de Portugal E.P.E.	3.937.822	4.493.711
STCP-Soc. Transp. Colectivos do Porto	31.585.772	32.419.456
Metro do Porto, S. A.	39.864.105	38.644.426
	75.387.699	75.557.594

Os saldos finais de 2016 e os respetivos valores comparativos de 2015 das rubricas “Prestação de Serviços - CP” e “Prestação de Serviços - STCP” refletem o critério anteriormente adotado designadamente, de não considerar nas referidas rubricas a receita intermodal recebida pela CP e pela STCP nos postos de venda onde, simultaneamente, atuam como revendedores.

No final do período de 2016 e 2015, os saldos resultantes de transações efetuadas com entidades agrupadas são como se segue:

	2016	2015
Saldos devedores		
CP Comboios de Portugal E.P.E.	247.834	468.566
Metro do Porto, S. A.	115.761	106.063
STCP-Soc. Transp. Colectivos do Porto	236.388	538.928
	599.983	1.113.556
Saldos credores		
CP Comboios de Portugal E.P.E.	343.860	489.346
Metro do Porto, S. A.	5.396.884	4.481.813
STCP-Soc. Transp. Colectivos do Porto	3.974.518	2.790.088
	9.715.262	7.761.247

28. OUTRAS INFORMAÇÕES

Dívidas em mora ao Estado e à Segurança Social

Não existem.

Remuneração do Fiscal Único

A remuneração auferida pelo Fiscal Único foi, durante o período de 2016, de 5.000 euros, com uma redução remuneratória no valor de 150 euros, (5.000 euros, com uma redução remuneratória no valor de 400 euros em 2015).

29. EVENTOS SUBSEQUENTES

Na sequência da alteração da imagem gráfica do título Andante foi transmitido aos clientes portadores dos títulos com a anterior imagem que, a partir de 16 de janeiro de 2017, seria permitida a sua troca por títulos com a nova imagem.

Face a esta nova realidade, foi efetuado ajustamento no montante total de 165.161 euros correspondente ao valor dos títulos com a anterior imagem gráfica do título Andante registados no inventário realizado com referência à data de 31/12/2016.

ANEXOS



Informação Estatística Relevante

Quantidade Vendida Cartões c/ utilização intermodal	2014	2015	2016	Δ 15/16
Andante Gold TIP	61 663	61 430	67 028	9,11%
Andante Gold 4_18	6 805	7 080	6 977	-1,45%
Andante Gold Sub23	6 218	6 326	6 524	3,13%
Person. Func./Familiar STCP	87	205	6 484	3062,93%
Personalização STCP	2 392	2 665	4 487	68,37%
Total PVC	77 165	77 706	91 500	17,75%
Cartão Andante CTS TIP	1 636 155	1 825 855	2 029 181	11,14%
TOTAL	1 713 320	1 903 561	2 120 681	11,41%

Carregamentos por tipo de título *

Título de Transporte	2014	2015	2016	Δ 15/16
Títulos de Viagem	26 254 762	26 449 098	26 734 017	1,08%
Andante 24	85 847	112 228	137 709	22,70%
Andante Tour 1	40 876	43 948	41 958	-4,53%
Andante Tour 3	30 870	39 341	50 361	28,01%
Total Títulos Ocasionais	26 412 355	26 644 615	26 964 045	1,20%
Assinatura Normal	651 285	653 691	690 638	5,65%
Assinatura 4_18 (A)	67 064	70 866	74 453	5,06%
Assinatura 4_18 (B)	23 767	22 615	22 916	1,33%
Assinatura 4_18 (F)	1 142	414	170	-58,94%
Assinatura Júnior	9 898	9 838	9 487	-3,57%
Assinatura Estudante	308 076	300 517	291 426	-3,03%
Assinatura 3ª Idade	246 537	249 205	256 154	2,79%
Assinatura Ref. / Pens.	1 826	1 057	377	-64,33%
Assinatura Sub23 (A)	77 621	88 742	97 576	9,95%
Assinatura Sub23 (F)	563	196	49	-75,00%
Social +	223 371	235 544	238 866	1,41%
Social + (A)	38 842	43 320	47 239	9,05%
Social + (D)	5 172	5 217	4 379	-16,06%
Social + (R)	3 764	1 604	625	-61,03%
Assinatura P&R	918	999	1 209	21,02%
Total Títulos Assinatura	1 659 846	1 683 825	1 735 564	3,07%
TOTAL	28 072 201	28 328 440	28 699 609	1,31%

* Dados referentes a carregamentos efetuados no ano civil (1 Jan a 31 Dez)

Receita da venda de suportes para utilização intermodal (por ano de cobrança)

	2014	2015	2016	Δ 15/16
Andante Gold TIP	306 755,00 €	366 809,00 €	400 465,00 €	9,18%
Andante Gold 4_18	15 567,50 €	19 403,50 €	19 455,00 €	0,27%
Andante Gold Sub23	10 442,50 €	13 053,00 €	14 190,00 €	8,71%
Personalização STCP	11 930,00 €	13 270,00 €	22 365,00 €	68,54%
Total PVC	344 695,00 €	412 535,50 €	456 475,00 €	10,65%
Cartão Andante CTS TIP	817 857,45 €	1 095 197,15 €	1 217 380,90 €	11,16%
TOTAL	1 162 552,45 €	1 507 732,65 €	1 673 855,90 €	11,02%

Receita de carregamentos por tipo de título *

Título de Transporte	2014	2015	2016	Δ 15/16
Títulos de Viagem	34 607 095,85 €	35 002 620,40 €	35 493 642,20 €	1,40%
Andante 24	408 668,40 €	548 494,65 €	679 885,40 €	23,95%
Andante Tour 1	286 120,35 €	307 587,00 €	293 646,00 €	-4,53%
Andante Tour 3	463 050,00 €	590 115,00 €	755 340,00 €	28,00%
Total Títulos Ocasioneis	35 764 934,60 €	36 448 817,05 €	37 222 513,60 €	2,12%
Assinatura Normal	23 418 486,71 €	23 570 392,80 €	24 901 912,35 €	5,65%
Assinatura 4_18 (A)	925 217,20 €	988 221,15 €	1 046 562,45 €	5,90%
Assinatura 4_18 (B)	607 624,15 €	581 504,15 €	588 718,55 €	1,24%
Assinatura 4_18 (F)	29 983,70 €	10 897,10 €	4 410,40 €	-59,53%
Assinatura Júnior	243 829,15 €	241 438,55 €	231 624,05 €	-4,07%
Assinatura Estudante	8 671 888,05 €	8 507 646,55 €	8 265 499,65 €	-2,85%
Assinatura 3ª Idade	6 597 116,70 €	6 671 713,05 €	6 868 198,75 €	2,95%
Assinatura Ref. / Pens.	48 284,95 €	27 840,55 €	10 179,65 €	-63,44%
Assinatura Sub23 (A)	1 294 724,90 €	1 485 574,75 €	1 644 416,40 €	10,69%
Assinatura Sub23 (F)	21 723,30 €	7 759,25 €	1 875,35 €	-75,83%
Social +	6 297 324,35 €	6 651 145,70 €	6 753 069,40 €	1,53%
Social + (A)	732 775,85 €	819 268,90 €	894 862,45 €	9,23%
Social + (D)	141 471,40 €	142 647,20 €	120 988,90 €	-15,18%
Social + (R)	102 671,90 €	44 351,65 €	16 421,65 €	-62,97%
Assinatura P&R	15 606,00 €	16 983,00 €	20 553,00 €	21,02%
Total Títulos Assinatura	49 148 728,31 €	49 767 384,35 €	51 369 293,00 €	3,22%
TOTAL	84 913 662,91 €	86 216 201,40 €	88 591 806,60 €	2,76%

* Dados referentes à receita correspondente à quantidade carregada no ano civil (1 Jan a 31 Dez), independentemente do período de validade do título

Receita da venda de suportes e de carregamentos por canal

	2014	2015	2016	Δ 15/16
MVAs rede MP	31 398 477,61 €	31 869 364,15 €	36 226 397,60 €	13,67%
PayShop	34 636 444,30 €	35 044 265,00 €	15 687 941,65 €	-55,23%
Pagaqui			13 933 945,25 €	
Lojas Andante	10 262 831,30 €	10 490 966,05 €	11 973 164,10 €	14,13%
CP Porto	3 116 922,60 €	3 042 517,85 €	3 352 068,85 €	10,17%
MVAs rede CP	2 298 265,70 €	2 370 157,45 €	2 945 857,40 €	24,29%
STCP	880 361,15 €	424 715,60 €	29 926,10 €	-92,95%
SIBS	2 673 823,40 €	3 571 697,60 €	4 991 119,70 €	39,74%
Privados	230 826,95 €	232 337,75 €	381 030,35 €	64,00%
Revendedores	578 262,35 €	677 912,60 €	744 211,50 €	9,78%
TOTAL	86 076 215,36 €	87 723 934,05 €	90 265 662,50 €	2,90%

Validações por tipo de título

Título de Transporte	2014	2015	2016	Δ 15/16
Títulos de Viagem	34 583 418	34 393 178	34 570 978	0,52%
Andante 24	359 336	429 286	501 882	16,91%
Andante Tour 1	227 656	222 519	191 551	-13,92%
Andante Tour 3	328 430	402 702	514 765	27,83%
Total Títulos Ocasioneis	35 498 840	35 447 685	35 779 176	0,94%
Assinatura Normal	40 556 184	39 993 908	39 729 739	-0,66%
Assinatura 4_18 (A)	3 511 214	3 655 149	3 820 540	4,52%
Assinatura 4_18 (B)	1 282 293	1 178 810	1 160 213	-1,58%
Assinatura 4_18 (F)	62 404	22 574	8 807	-60,99%
Assinatura Júnior	387 254	380 919	352 288	-7,52%
Assinatura Estudante	15 900 542	15 042 599	14 097 683	-6,28%
Assinatura 3ª Idade	15 382 602	15 554 853	15 965 685	2,64%
Assinatura Ref. / Pens.	152 228	90 797	35 966	-60,39%
Assinatura Sub23 (A)	3 777 272	4 225 619	4 518 726	6,94%
Assinatura Sub23 (F)	31 801	9 925	2 264	-77,19%
Social +	17 196 955	17 988 566	18 057 550	0,38%
Social + (A)	3 278 643	3 595 220	3 866 622	7,55%
Social + (D)	413 076	405 415	331 313	-18,28%
Social + (R)	364 880	158 832	62 076	-60,92%
Total Títulos Assinatura	102 297 348	102 303 186	102 009 472	-0,29%
TOTAL	137 796 188	137 750 871	137 788 648	0,03%

Rácio Receita Total por Validação (RTV) com receita de cartões por tipo de título

Título de Transporte	2014	2015	2016
Total Títulos Ocasioneis	1,03 €	1,06 €	1,07 €
Total Títulos Assinatura	0,48 €	0,49 €	0,51 €

Rácio Receita Total por Validação (RTV) sem receita de suportes por tipo de título

Título de Transporte	2014	2015	2016
Títulos de Viagem	1,00 €	1,02 €	1,03 €
Andante 24	1,14 €	1,28 €	1,35 €
Andante Tour 1	1,26 €	1,38 €	1,53 €
Andante Tour 3	1,41 €	1,47 €	1,47 €
Total Títulos Ocasionais	1,01 €	1,03 €	1,04 €
Assinatura Normal	0,58 €	0,59 €	0,63 €
Assinatura 4_18 (A)	0,26 €	0,27 €	0,27 €
Assinatura 4_18 (B)	0,47 €	0,49 €	0,51 €
Assinatura 4_18 (F)	0,48 €	0,48 €	0,50 €
Assinatura Júnior	0,63 €	0,63 €	0,66 €
Assinatura Estudante	0,55 €	0,57 €	0,59 €
Assinatura 3ª Idade	0,43 €	0,43 €	0,43 €
Assinatura Ref. / Pens.	0,32 €	0,31 €	0,28 €
Assinatura Sub23 (A)	0,34 €	0,35 €	0,36 €
Assinatura Sub23 (F)	0,68 €	0,78 €	0,83 €
Social +	0,37 €	0,37 €	0,37 €
Social + (A)	0,22 €	0,23 €	0,23 €
Social + (D)	0,34 €	0,35 €	0,37 €
Social + (R)	0,28 €	0,28 €	0,26 €
Total Títulos Assinatura	0,48 €	0,49 €	0,50 €

Rácio Validações por nº cartões utilizados (VA)

Título de Transporte	2014	2015	2016
Títulos de Viagem	1,32	1,30	1,29
Andante 24	4,19	3,83	3,64
Andante Tour 1	5,57	5,06	4,57
Andante Tour 3	10,64	10,24	10,22
Total Títulos Ocasionais	1,34	1,33	1,33
Assinatura Normal	62,18	61,09	57,43
Assinatura 4_18 (A)	52,36	51,58	51,31
Assinatura 4_18 (B)	53,95	52,13	50,63
Assinatura 4_18 (F)	54,64	54,53	51,81
Assinatura Júnior	39,12	38,72	37,13
Assinatura Estudante	51,61	50,06	48,37
Assinatura 3ª Idade	62,39	62,42	62,33
Assinatura Ref. / Pens.	83,37	85,90	95,40
Assinatura Sub23 (A)	48,66	47,62	46,31
Assinatura Sub23 (F)	56,48	50,64	46,20
Social +	76,99	76,37	75,60
Social + (A)	84,41	82,99	81,85
Social + (D)	79,87	77,71	75,66
Social + (R)	96,94	99,02	99,32
Total Títulos Assinatura	61,63	60,76	58,78

Curricula Vitae dos Membros do Conselho de Administração

Presidente (a partir de 8 de fevereiro 2016): **Professor Jorge Moreno Delgado**

Habilitações Académicas:

- Doutoramento em Engenharia Civil pela FEUP - UP (2002)
- Mestrado em Estruturas de Engenharia Civil pela FEUP - UP (1993)
- Licenciatura em Engenharia Civil pela FEUP - UP (1990)

Atividade Profissional:

Desde fevereiro 1995

- Professor Adjunto da Escola Superior de Tecnologia e Gestão do Instituto Politécnico de Viana do Castelo (ESTG / IPVC)
Área Científica – Ciências e Tecnologia
Grupo Disciplinar – Engenharia Civil
- Principais Áreas de Atividade de Docência e Investigação:
Análise Estrutural, Engenharia Sísmica; Estruturas de Betão Armado e Estruturas Metálicas, Gestão de Projeto, Estudos e Projetos de Transportes (em especial na área dos LRT (Light Rail Transit))

Desde 2017:

- Vice-Presidente da Assembleia Geral Associação Casa da Arquitetura

Desde 2016:

- Presidente do Conselho de Administração do TIP - Transportes Intermodais do Porto, ACE
- Presidente do Conselho de Administração da Metro do Porto, S.A.
- Presidente do Conselho de Administração da STCP, S.A.

Entre 2008 e 2012:

- Administrador Executivo da Metro do Porto, S.A.

Entre 2004 e 2005:

- Vice-Presidente do Conselho Administrativo e Diretivo da Escola Superior de Tecnologia e Gestão(ESTG) do Instituto Politécnico de Viana (IPVC)

Entre 2000 e 2003:

- Consultor da empresa NEWTON - Consultores de Engenharia, Lda.

Entre 1990 e 1995:

- Engenheiro Sénior da área das Estruturas e Geotecnia da empresa: NEWTON - Consultores de Engenharia, Lda. (e.g.)

Publicações (e.g.)

- Jorge M. Delgado, Antonio Abel R. Henriques, Raimundo M. Delgado; "Structural Non-Linear Models and Simulation Techniques: An Efficient Combination for Safety Evaluation of RC Structures"; Handbook of Research on Computational Simulation and Modelling in Engineering, pp. 540 – 584; Release Date: September, 2015. Copyright © 2016. (ISBN13: 9781466688230|ISBN10: 1466688238|EISBN13: 9781466688247)
- HENRIQUES, A.A.; VEIGA, J.M.C.; MATOS, J.A.C.; DELGADO, J.M.; "Uncertainty Analysis of Structural Systems by Perturbation Techniques"; Structural and Multidisciplinary Optimization, Vol. 35, N. 3, Springer; pp. 201-212; 2008.
- VEIGA, J.M.G.C.; HENRIQUES, A.A.; DELGADO, J.M.; "An efficient evaluation of structural safety applying perturbation techniques"; III European Conference on Computational Mechanics, Solids, Structures and Coupled Problems in Engineering, Ed. C.A. Mota Soares et.al.; Springer; pp. 126 (Ed. CD-ROM: 9 pag.); 2006.
- VEIGA, J.M.G.C.; HENRIQUES, A.A.R.; DELGADO, J.M.; "Avaliação da incerteza em estruturas de betão pela técnica das perturbações"; CIMNE/CILAMCE 2007 - Métodos Numéricos e Computacionais em Engenharia, Ed. J.C. Sá, R. Delgado, A.D. Santos, A. Rodríguez-Ferran, J. Oliver, P.R.M. Lyra, J.L.D. Alves; APMTAC/FEUP – Associação Portuguesa de Mecânica Teórica, Aplicada e Computacional / Faculdade de Engenharia da Universidade do Porto (Ed. CD-ROM: 12 pag.), pp. 286; 2007.
- VEIGA, J.M.; HENRIQUES, A.A.; DELGADO, J.M.; "Aplicação de técnicas de perturbação na análise da incerteza estrutural"; 4as Jornadas Portuguesas de Engenharia de Estruturas, LNEC; pp. 92-93 (Ed. CD-ROM: 13 pag.); 2006.
- HENRIQUES, A.A.R.; VEIGA, J.M.; DELGADO, J.M.; "Aplicação da técnica das perturbações na avaliação da incerteza em estruturas de engenharia civil"; II Encontro Nacional de Riscos, Segurança e Fiabilidade – Riscos Públicos e Industriais, Ed. C. Guedes Soares, A.P. Teixeira e P. Antão, Instituto Superior Técnico; Edições Salamandra; Vol. 1; pp. 659 - 673; 2007.
- Delgado, J. M.; Delgado R. M., SECOND ORDER EFFECTS DESIGN OF REINFORCED CONCRETE FRAMED STRUCTURES ACCORDING TO EC2 - RELIABILITY ANALYSIS, publicado em RISK ANALYSIS III, pp. 105-114, Editor C.A. Brebbia, Wit Press, Southampton, Boston, 2002.

Presidente (14 setembro 2015 a 8 fevereiro 2016) e **Vogal** (a partir de 8 de fevereiro de 2016): Eng. Manuel Tomás Cortez Rodrigues Queiró

Habilitações Académicas:

- Licenciatura em Engenharia Civil pela Faculdade de Ciências e Tecnologia da Universidade de Coimbra (1978)
- Mestrado em Investigação Operacional e Engenharia de Sistemas (parte escolar), pelo Instituto Superior Técnico (1985)

Atividade Profissional:

Desde fevereiro de 2013:

- Presidente do Conselho de Administração da CP – Comboios de Portugal, EPE

Desde julho de 2015:

- Presidente do Conselho de Administração da EMEF – Empresa de Manutenção e Equipamento Ferroviário, SA
- Gerente da Nomad Tech, Lda

Entre março de 2013 e 22 de julho de 2015:

- Presidente do Conselho de Administração da CP Carga-Logística e Transportes de Mercadorias, SA

Entre 1980 e 2013:

- Assistente, Professor Auxiliar na Universidade de Coimbra, Faculdade de Ciências e Tecnologia, no Laboratório de Urbanismo, Ordenamento do Território e Transportes.

Entre 2006 e 2013:

- Sócio Gerente da Conprojur, Consultadoria e Projetos Urbanos, Lda., Coimbra, empresa de Coordenação de Projetos.

Entre 2002 e 2005:

- Administrador na empresa Soturis – Sociedade Imobiliária e Turística, SA.

Entre 1983 e 2002:

- Deputado à Assembleia da República de 1983 a 1987, de 1991 a 1995 e de 1999 a 2002, tendo exercido funções junto da Comissão Parlamentar de Obras Públicas, Ambiente e Poder Local, da Comissão Parlamentar de Educação e da Comissão Parlamentar de Integração Europeia, bem como contribuído no âmbito da definição de opções a respeito do Plano Rodoviário Nacional, Rede Ferroviária, Infraestruturas Portuárias e Aeroportuárias, Metro do Porto, TGV, Solução final na questão da Coincinação e Política de Resíduos Perigosos, Rede regional e local de Gás natural, Política nacional de produção de energia.

Entre 1989 e 1993:

- Consultor e Projetista - Participação na elaboração de Planos Diretores Municipais (Oliveira do Hospital, Anadia, Montemor, Viseu e Figueira da Foz), através do IERU – Instituto de Estudos Regionais e Urbanos (Universidade de Coimbra).

Entre 1978 e 1980:

- Subtenente da Armada.

Vogal (a partir de 8 de fevereiro 2016): Dr. Pedro José Ferreira Morais

Habilitações Académicas:

- Licenciatura em Economia pela Faculdade de Economia da Universidade do Porto (1995 - 2000)
- Pós-graduação em Finanças em resultado da frequência da parte curricular do Mestrado em Ciências Empresariais com especialização em Finanças pela Faculdade de Economia da Universidade do Porto (2002-2004)
- Formação em Gestão de Operações em Transportes Públicos de Passageiros pela Faculdade de Engenharia da Universidade do Porto (2014)

Atividade Profissional:

Desde janeiro de 2016

- Exerce funções executivas no Conselho de Administração da STCP, sendo responsável pela coordenação direta do Serviço de Secretariado Geral e Apoio ao Conselho de Administração, Gabinete de Controlo de Gestão e Auditoria, Departamento de Recursos Humanos, Departamento Administrativo e Financeiro e Gabinete de Informática e Comunicações.
- Representante do Conselho de Administração da STCP para as relações com a Comissão do Mercado de Valores Mobiliários (CMVM).
- Representa a STCP no Conselho de Administração da empresa participada Transportes Intermodais do Porto, ACE (TIP-ACE) sendo o gerente da STCP Serviços – Transportes Urbanos, Consultoria e Participações, Unipessoal, Lda

Entre outubro de 2014 e janeiro de 2016

- Administrador da Card4B, SA

Entre fevereiro de 2010 e setembro de 2014

- Diretor geral da Beware-Consultadoria e Serviços, SA

Entre junho de 2008 e janeiro de 2010

- Gestão de projetos da OCTAL-Sistemas de Engenharia, SA do grupo Novabase

Entre julho de 2007 e março de 2008

- CEO da Aveifeira – Carnes e Aves da Feira, SA

Entre fevereiro de 2002 e junho de 2007

- Quadro superior no TIP – Transportes Intermodais do Porto, ACE

Entre outubro de 2000 e janeiro de 2002

- Quadro médio na Metro do Porto, SA

Administrador-Delegado (a partir de 8 de fevereiro 2016): Eng. João Rui Sousa Simões
Fernandes Marrana

Habilitações Académicas:

- Especialista em Transportes e Vias e Comunicação da Ordem dos Engenheiros (2005);
- Membro Sénior da Ordem dos Engenheiros (2006);
- Mestrado em Engenharia Urbana (1996), Faculdade de Ciências e Tecnologia da Universidade de Coimbra;
- Licenciatura em Engenharia Civil (1986), Faculdade de Engenharia da Universidade do Porto (Opção de Planeamento).

Atividade Profissional:

Desde fevereiro de 2016:

- Administrador-Delegado do TIP – Transportes Intermodais do Porto, ACE

Entre fevereiro de 2015 e fevereiro de 2016:

- Assessor do Conselho de Administração da Metro do Porto, SA

Entre março de 2012 e janeiro de 2015:

- Vogal da Comissão Diretiva do ON.2 (Programa Operacional Regional do Norte)

Entre setembro de 2010 e março de 2012:

- Vogal do Conselho Executivo da AMTP – Autoridade Metropolitana de Transportes do Porto

Entre abril de 2009 e setembro de 2011:

- Assessor do Conselho de Administração da Metro do Porto, SA

Entre março de 2003 e abril de 2009:

- Administrador da STCP – Sociedade de Transportes Colectivos do Porto, SA

Entre fevereiro de 2002 e março de 2003:

- Colaborador da Metro do Porto SA colocado no TIP – Transportes Intermodais do Porto, ACE

Outros cargos:

- Professor Auxiliar Convidado da Universidade Portucalense, regente da disciplina Mobilidade e Transportes, do curso de licenciatura em Economia (1996 - ...);
- Colaborador do Gabinete de Cooperação da CCRN (1995- 2002), em particular na preparação e gestão de projetos internacionais;
- Assessor da Direcção do Instituto da Construção (1990 – 1999);

- Colaborador da COGEPRO em diversos projetos nas áreas dos transportes e do ordenamento do território (1991/1997), nomeadamente na coordenação de Planos Territoriais (PDM Cabeceiras de Basto, PDM Celorico de Basto, Plano de Urbanização de Celorico de Basto, Plano de Pormenor da Quinta do Mosteiro) e de Estudos de Tráfego (Gaiashopping, Guimarães Shopping, Norteshopping, Modelo Vila Real, Modelo Tomar, Modelo Portimão, entre outros);
- Chefe da Divisão de Planeamento e Controle, da fiscalização das obras da Ponte Ferroviária sobre o Rio Douro e seus Acessos (1990);
- Colaborou com a CISED - Cooperativa de Investigação, Serviços e Estudos para o Desenvolvimento (1989 - 1990), onde participou em diversos no domínio dos transportes.
- Técnico Superior da Comissão de Coordenação da Região do Norte, na Divisão de Programas e Projetos (1986 - 1989).
- Exerceu a atividade de consultoria com diversas entidades, nomeadamente com a APDL - Administração dos Portos do Douro e Leixões, SA (1999 - 2000) e a AURN - Associação das Universidades da Região Norte (1996-1999).

Participação em associações técnicas e profissionais:

- Membro Honorário da UITP - International Association of Public Transport (2013 - ...) e do Policy Board (2011-2013);
- Membro da Comissão Transport & Urban Life da UITP (2003 - ...), onde exerceu as funções de Vice-Presidente (2009 - 2011) e Presidente (2011-2013);
- Membro do Grupo de Trabalho Light Rail Transit /Bus Rapid Transit da UITP (2005 - 2007);
- Member nº 30 684 do Institute of Transportation Engineers (1997 - 2005)

Atividades de Carácter Cívico

- Vice-Presidente do Conselho Geral da Associação do Museu dos Transportes e Comunicações (2004 - 2011);
- Vice-Presidente do Conselho Directivo Regional do Norte da Ordem dos Engenheiros (2001 - 2004);
- Conselho Directivo Regional do Norte da Ordem dos Engenheiros (1998 - 2001);
- Presidente da Direcção da Associação de Estudantes da Faculdade de Engenharia da Universidade do Porto (1983 - 1984);
- Conselho Directivo da Faculdade de Engenharia da Universidade do Porto (1983 - 1985);
- Direcção da Associação de Estudantes da Faculdade de Engenharia da Universidade do Porto (1981 - 1983).

Vogal (a partir de 8 de fevereiro de 2016): Dra. Maria João Ferreira da Silva Santos

Habilitações Académicas:

- Licenciatura em Direito pela Universidade Católica Portuguesa, Porto (1991-1996)
- Pós-graduação em Direito do Ordenamento, do Urbanismo e do Ambiente (Direito interno e comunitário) pela Faculdade de Direito da Universidade de Coimbra (1999-2000)
- Pós-graduação em Logística e Ciência da Legislação pela Faculdade de Direito de Lisboa (2004)
- Curso de especialização sobre o novo regime de contratação pública no INA - Instituto Nacional de Administração, IP (2008)
- Executive master de gestão para juristas na EGE - Escola de Gestão Empresarial, Universidade Católica Portuguesa, Porto (2009-2010)
- II Curso de especialização de contratação pública pela Faculdade de Direito da Universidade de Coimbra (2010)

Atividade Profissional:

Desde fevereiro 2016

- Advogada na Direção Jurídica da CP – Comboios de Portugal, EPE, sendo responsável pela Delegação Norte.
- Administradora do TIP - Transportes Intermodais do Porto, ACE

Entre 2013 e 2016

- Administradora Delegada do TIP - Transportes Intermodais do Porto, ACE

Entre 2012 e 2016

- Vogal do Conselho de Administração da Associação para o Museu dos Transportes e Comunicações

Entre 2011 e 2013:

- Presidente da Mesa da Assembleia Geral do TIP - Transportes Intermodais do Porto, ACE

Entre 2011 e 2012:

- Secretária do Conselho Geral da Associação dos Museus de Transportes e Comunicações

Entre 2005 e 2013:

- Advogada na CP – Comboios de Portugal, EPE a exercer funções no Gabinete Jurídico, sendo responsável pelo núcleo do Porto

2005:

- Jurista na AMTP, EPE - Autoridade Metropolitana de Transportes do Porto

Entre 2004 e 2005:

- Adjunta, na área jurídica, do Secretário de Estado das Obras Públicas do XVI Governo Constitucional

Entre 2003 e 2004:

- Adjunta, na área jurídica, do Secretário de Estado Adjunto e das Obras Públicas do XV Governo Constitucional

Entre 2002 e 2003:

- Adjunta, na área jurídica, do Secretário de Estado da habitação do XV Governo Constitucional

Entre 2000 e 2002:

- Jurista no Departamento de Gestão Urbanística da Câmara Municipal de Gondomar

Entre 1999 e 2002:

- Jurista no gabinete técnico local de São Pedro da Cova e Fânzeres, criado pela Câmara Municipal de Gondomar, ao abrigo do programa de recuperação de áreas urbanas degradadas (PRAUD)

Entre 1996 e 1998:

- Estágio no escritório Lopes Cardoso – Sociedade de Advogados, com o Bastonário Augusto Lopes Cardoso

Vogal (até 8 de fevereiro de 2016): Dr. João Velez Carvalho

Habilitações Académicas:

- Licenciatura em Finanças pelo Instituto Superior de Ciências Económicas e Financeiras da Universidade Técnica de Lisboa (1970)
- Pós-graduação na Universidade de Paris XII com o *Certificat d'Aptitude a l'Administration des Entreprises (diplôme d'Etat)* (1972)
- *Master of Business Administration* (MBA) pelo Instituto Superior de Estudos Empresariais da Universidade do Porto (1994)
- Mestre em Métodos Quantitativos de Gestão pela Escola de Gestão da Universidade do Porto (2008)
- Doutorando em Gestão Industrial na Universidade de Aveiro (2008/2013)
- Diploma do Curso de Alta Direção "*Driving Government Performance in Portugal*", Jonh F. Kennedy School of Government da Universidade de Harvard
- Certificado do Instituto Nacional de Administração "*Negotiation And Influence Strategies For Portuguese Executives*"

Atividade Profissional:

Desde julho 2012:

- Presidente do Conselho de Administração e da Comissão Executiva da Metro do Porto, S.A.
- Presidente não Executivo do Conselho de Administração da STCP - Sociedade de Transportes Coletivos do Porto, S.A.

Entre 2012 e 2013

- Presidente do Conselho de Administração do TIP - Transportes Intermodais do Porto, ACE

Desde 1975:

- Professor no Instituto Superior de Contabilidade e Administração do Instituto Politécnico Porto (área científica de Gestão / Estratégia / Professor Adjunto do Quadro).

Entre 2009 e 2011:

- Diretor do Mestrado em Logística da Associação de Politécnicos do Norte

Entre 2003 e 2006:

- Administrador da STCP - Sociedade de Transportes Coletivos do Porto, S.A.
- Administrador do TIP -Transportes Intermodais do Porto, ACE

Entre 2000 e 2003:

- Consultor de alta direção em diversas empresas (gestão estratégica)

- Direção de projetos de internacionalização

Entre 1999 e 2000:

- Consultor para as Áreas do Ambiente (águas e saneamento e resíduos sólidos urbanos e industriais) na EURISCO, S.A. (Grupo AEP)
- Consultor no desenvolvimento de projeto de realocação Industrial com a Roland Berger & Partners, na Law Gibb, S.A.
- Consultor da RAR - Sociedade de Controlo (Holding), S.A.

Entre 1989 e 1998:

- Administrador Delegado da SET - Serviços e Tecnologias, S.A. (GRUPO RAR)
- Administrador Executivo da RAR AMBIENTE, S.A.
- Administrador da NUTRIGER, SGPS, S.A.
- Administrador da CLIMAESPAÇO - Sociedade de Produção e Distribuição de Energia Térmica Urbana, S.A.
- Diretor da RAR – Sociedade de Capital de Risco, S.A.
- Administrador Executivo da GROWELA Cabo Verde, SARL
- Membro da Mesa da Assembleia Geral da RECOLTE - Recolha, Tratamento e Eliminação de Resíduos, S.A.
- Presidente do Conselho Fiscal da Imperial - Produtos Alimentares, S.A.

Entre 1975 e 1989:

- Diretor Administrativo e Financeiro da MOLIN - Materiais de Desenho de Mário Lino, LDA.
- Administrador Executivo da MOLIN SOUTH ÁFRICA, S.A.
- Administrador Executivo da MOLIN U.K., S.A.

Vogal (até 8 de fevereiro de 2016): Dr. André da Costa Figueiredo e Silva Sequeira

Habilitações Académicas:

- Licenciatura em Economia pela Faculdade de Economia e Gestão da Universidade Católica Portuguesa, Centro Regional do Porto (2003)
- Programa de Gestão Avançada da Escola de Gestão do Porto – EGP (2010)

Atividade Profissional:

Desde julho 2012:

- Vogal do Conselho de Administração da STCP - Sociedade de Transportes Coletivos do Porto, S.A.
- Gerente da STCP Serviços – Transportes Urbanos, Consultoria e Participações, Unipessoal Lda

Entre 2009 e 2012:

- Controller na Mota-Engil SGPS,SA

Entre 2007 e 2009:

- Administrador da Mota-Engil Central Europe Slovenská Republika, SA
- Administrador da Mota-Engil Engineering, SA
- Gerente da M-Invest Slovakia Mierova, SRO
- Gerente da M-Invest Sovania Trnavska, SRO
- Gerente da M-Invest Slovakia, SRO
- Membro do Conselho Fiscal da Bergamon, SA
- Representante da Mota-Engil Engenharia e Construção – Sucursal da Eslováquia

2006:

- Controller na Mota-Engil Central Europe, SA

Entre 2004 e 2005:

- Adjunto do Diretor Financeiro da Mota-Engil Engenharia e Construção, SA – Sucursal de Angola

Entre 2003 e 2004:

- Técnico da Área Internacional da Mota-Engil Engenharia e Construção, SA

Vogal (até 8 de fevereiro de 2016): Dr. António José Lopes

Habilitações Académicas:

- Licenciatura em Economia pela Faculdade de Economia da Universidade do Porto (1982)
- Pós-graduação em Gestão para Executivos pela Faculdade de Ciências Económicas e Empresariais da Universidade Católica Portuguesa (1998-1999)

Atividade Profissional:

Desde 2012:

- Vogal do Conselho de Administração e da Comissão Executiva da Metro do Porto, S.A.
- Vogal Não Executivo do Conselho de Administração da STCP - Sociedade de Transportes Coletivos do Porto, S.A.
- Presidente do Conselho de Administração da Transpublicidade – Publicidade em Transportes, SA
- Vogal do Conselho de Administração da Associação Porto Digital
- Vogal do Conselho de Administração da Nortrem – Aluguer de Material Ferroviário, ACE
- Gerente da Metro do Porto Consultoria – Consultoria em Transportes Urbanos e Participações, Unipessoal, Lda
- Presidente do Conselho Fiscal da Associação de Empresários para o Desenvolvimento do Turismo Cultural no Porto e na Região ATC – Porto Tours

Entre 2010 - 2011:

- Diretor Geral da Tablestock, Serviços para Hotelaria e Restauração

Entre 1998 e 2010:

- Diretor Central de Compras e Aprovisionamento e Sistemas de Informação da Vista Alegre Atlantis, SA

Entre 1997 e 1998:

- Diretor Geral (Empresa Continental Importadora, SA)

Entre 1990 e 1997:

- Diretor Administrativo e Financeiro (EC – Material Elétrico, Grupo General Electric passando em janeiro de 2006 a GE Power Controls Portugal)

Entre 1986 e 1989:

- Chefe dos Serviços de Controlo de Gestão da Empresa Electro-Cerâmica do Grupo Vista Alegre

Entre 1985 e 1986:

- Subdireção financeira da STCP- Sociedade de Transportes Coletivos do Porto, S.A.

CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS E RELATÓRIO DE AUDITORIA



CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS

RELATO SOBRE A AUDITORIA DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Opinião

Auditámos as demonstrações financeiras anuais de “TIP - TRANSPORTES INTERMODAIS DO PORTO, A.C.E.” (a Entidade), que compreendem o balanço em 31 de dezembro de 2016 (que evidencia um total de 13.829.377 euros e um total de capital próprio negativo de 603.169 euros, incluindo um resultado líquido de 1.187.339 euros), a demonstração dos resultados por naturezas, a demonstração das alterações no capital próprio e a demonstração dos fluxos de caixa relativas ao ano findo naquela data, e as notas anexas às demonstrações financeiras que incluem um resumo das políticas contabilísticas significativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras anuais apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspetos materiais, a posição financeira do “TIP - TRANSPORTES INTERMODAIS DO PORTO, A.C.E.” em 31 de dezembro de 2016 e o seu desempenho financeiro e fluxos de caixa relativos ao ano findo naquela data de acordo com as Normas de Contabilidade e Relato Financeiro adotadas em Portugal através do Sistema de Normalização Contabilística.

Bases para a opinião

A nossa auditoria foi efetuada de acordo com as Normas Internacionais de Auditoria (ISA) e demais normas e orientações técnicas e éticas da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas. As nossas responsabilidades nos termos dessas normas estão descritas na secção “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras” abaixo. Somos independentes da Entidade nos termos da lei e cumpriámos os demais requisitos éticos nos termos do código de ética da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas.

Estamos convictos de que a prova de auditoria que obtivemos é suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião.

Incerteza material relacionada com a continuidade

O Agrupamento, apesar de nos últimos exercícios ter alcançado resultados positivos, manteve a situação deficitária do capital próprio, atualmente negativo no valor de 603.169 euros. O princípio da solidariedade dos Agrupados pelas dívidas do Agrupamento é imposto no n.º 2, da Base II, da Lei n.º 4/73, de 4 de junho.

A nossa opinião não é modificada em relação a esta matéria.

Página 1 de 3

Responsabilidades do órgão de gestão pelas demonstrações financeiras

O órgão de gestão é responsável pela:

- preparação de demonstrações financeiras que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira, o desempenho financeiro e os fluxos de caixa da Entidade de acordo com as Normas de Contabilidade e Relato Financeiro adotadas em Portugal através do Sistema de Normalização Contabilística;
- elaboração do relatório de gestão nos termos legais e regulamentares aplicáveis;
- criação e manutenção de um sistema de controlo interno apropriado para permitir a preparação de demonstrações financeiras isentas de distorção material devido a fraude ou erro;
- adoção de políticas e critérios contabilísticos adequados nas circunstâncias; e
- avaliação da capacidade da Entidade de se manter em continuidade, divulgando, quando aplicável, as matérias que possam suscitar dúvidas significativas sobre a continuidade das atividades.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

A nossa responsabilidade consiste em obter segurança razoável sobre se as demonstrações financeiras como um todo estão isentas de distorções materiais devido a fraude ou erro, e emitir um relatório onde conste a nossa opinião. Segurança razoável é um nível elevado de segurança mas não é uma garantia de que uma auditoria executada de acordo com as ISA detetará sempre uma distorção material quando exista. As distorções podem ter origem em fraude ou erro e são consideradas materiais se, isoladas ou conjuntamente, se possa razoavelmente esperar que influenciem decisões económicas dos utilizadores tomadas com base nessas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria de acordo com as ISA, fazemos julgamentos profissionais e mantemos ceticismo profissional durante a auditoria e também:

- identificamos e avaliamos os riscos de distorção material das demonstrações financeiras, devido a fraude ou a erro, concebemos e executamos procedimentos de auditoria que respondam a esses riscos, e obtemos prova de auditoria que seja suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião. O risco de não detetar uma distorção material devido a fraude é maior do que o risco de não detetar uma distorção material devido a erro, dado que a fraude pode envolver conluio, falsificação, omissões intencionais, falsas declarações ou sobreposição ao controlo interno;
- obtemos uma compreensão do controlo interno relevante para a auditoria com o objetivo de conceber procedimentos de auditoria que sejam apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia do controlo interno da Entidade;
- avaliamos a adequação das políticas contabilísticas usadas e a razoabilidade das estimativas contabilísticas e respetivas divulgações feitas pelo órgão de gestão;

- concluímos sobre a apropriação do uso, pelo órgão de gestão, do pressuposto da continuidade e, com base na prova de auditoria obtida, se existe qualquer incerteza material relacionada com acontecimentos ou condições que possam suscitar dúvidas significativas sobre a capacidade da Entidade para dar continuidade às suas atividades. Se concluirmos que existe uma incerteza material, devemos chamar a atenção no nosso relatório para as divulgações relacionadas incluídas nas demonstrações financeiras ou, caso essas divulgações não sejam adequadas, modificar a nossa opinião. As nossas conclusões são baseadas na prova de auditoria obtida até à data do nosso relatório. Porém, acontecimentos ou condições futuras podem levar a que a Entidade descontinue as suas atividades;

- avaliamos a apresentação, estrutura e conteúdo global das demonstrações financeiras, incluindo as divulgações, e se essas demonstrações financeiras representam as transações e acontecimentos subjacentes de forma a atingir uma apresentação adequada;

- comunicamos com os encarregados da governação, entre outros assuntos, o âmbito e o calendário planeado da auditoria, e as conclusões significativas da auditoria incluindo qualquer deficiência significativa de controlo interno identificado durante a auditoria;

A nossa responsabilidade inclui ainda a verificação da concordância da informação constante do relatório de gestão com as demonstrações financeiras.

RELATO SOBRE OUTROS REQUISITOS LEGAIS E REGULAMENTARES

Sobre o relatório de gestão

Dando cumprimento ao artigo 451º, nº3, al. e) do Código das Sociedades Comerciais, somos de parecer que o relatório de gestão foi preparado de acordo com os requisitos legais e regulamentares aplicáveis em vigor, a informação nele constante é concordante com as demonstrações financeiras auditadas e, tendo em conta o conhecimento e apreciação sobre a Entidade, não identificámos incorreções materiais.

Porto, 30 de março de 2017



Carlos Alonso Dias Leite Freitas dos Santos
R.O.C. nº.1314 - ROC Executor
Registro na CMVM nº.20160924



António Magalhães & Carlos Santos - SRO
representada pelo Sócio-Administrador
Carlos Alberto Freitas dos Santos - R.O.C. nº.177
Registro na CMVM nº.20160037

RELATÓRIO E PARECER DO FISCAL ÚNICO

Senhores membros do Agrupamento,

Em conformidade com a legislação em vigor, no cumprimento do contrato de sociedade do "TIP - TRANSPORTES INTERMODAIS DO PORTO, A.C.E." (Agrupamento) e o mandato que nos foi conferido, vem o Fiscal Único apresentar o seu relatório sobre a atividade desenvolvida e emitir o seu parecer sobre os documentos de prestação de contas, relativos ao exercício findo em 31 de dezembro de 2016, que lhe foram disponibilizados para apreciação pelo Conselho de Administração.

O Fiscal Único acompanhou a atividade e os negócios do TIP, ACE, realizou testes e outros procedimentos, quando entendeu necessários, aos bens e valores do Agrupamento, tendo obtido esclarecimentos do Conselho de Administração e dos Serviços sobre algumas situações.

Os resultados positivos obtidos no exercício foram, no entanto, condicionados por operações não recorrentes que justificam a sua diminuição em relação ao exercício anterior. Ainda assim, as perspetivas para 2017 apresentam a possibilidade inverter a situação de capital próprio negativo do Agrupamento e consequentemente resolver a situação de incumprimento do disposto no artigo 35.º do Código das Sociedades Comerciais.

O Fiscal Único, no âmbito das suas funções, examinou as Demonstrações Financeiras compostas pelo Balanço, Demonstrações dos Resultados por Naturezas, das Alterações nos Capitais Próprios, dos Fluxos de Caixa e as Notas anexas às demonstrações financeiras, concluindo que o Agrupamento utilizou políticas contabilísticas e aplicou critérios de valorimetria que determinaram uma correta avaliação do património e dos resultados e que os mesmos se enquadram dentro das normas legais e estatutárias, pelo que concorda com as contas.

Página 1 de 2

ANTÓNIO MAGALHÃES & CARLOS SANTOS

Sociedade de Advogados Oficiais de Contas
Inscrita no Livro das Reservas Oficiais de Contas sob o nº 177
Registada no CMM com o nº 1973
Contribuinte nº 202 128 334

Procedeu ainda à apreciação do Relatório de Gestão do exercício findo em 31 de dezembro de 2016 emitido pelo Conselho de Administração e do Relatório de Auditoria sobre as contas emitido pelo Auditor Externo, os quais mereceram o seu acordo, e emitiu a Certificação Legal das Contas sem reservas e com uma incerteza material relacionada com a continuidade que, no entanto, não modifica a sua opinião.

O Fiscal Único expressa o seu reconhecimento ao Conselho de Administração e demais colaboradores do Agrupamento pela disponibilidade e colaboração no desempenho das suas funções.

Nestes termos, o Fiscal Único é de Parecer:

- 1.º Que sejam aprovados o Relatório de Gestão e as Demonstrações Financeiras relativos ao exercício de 2016;
- 2.º Que seja aprovada a proposta de aplicação de resultados contida no Relatório de Gestão.

Porto, 30 de março de 2017

O Fiscal Único


Carlos Afonso Dias Leite Freitas dos Santos
R.O.C. 1314 - ROC Executor


António Magalhães & Carlos Santos - SROOC
representada pelo Sócio-Administrador
Carlos Alberto Freitas dos Santos - R.O.C. nº 177

Página 2 de 2

Relatório de Auditoria

Relato sobre a auditoria das demonstrações financeiras

Opinião

Auditámos as demonstrações financeiras anexas da TIP – Transportes Intermodais do Porto, A.C.E. (a Entidade), que compreendem o balanço em 31 de dezembro de 2016 (que evidencia um total de 13.829.377 euros e um total de capital próprio negativo de 605.169 euros, incluindo um resultado líquido de 1.187.339 euros), a demonstração dos resultados por naturezas, a demonstração das alterações no capital próprio e a demonstração dos fluxos de caixa relativas ao ano findo naquela data, e as notas anexas às demonstrações financeiras que incluem um resumo das políticas contabilísticas significativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras anexas apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspetos materiais, a posição financeira da TIP – Transportes Intermodais do Porto, A.C.E. em 31 de dezembro de 2016 e o seu desempenho financeiro e fluxos de caixa relativos ao ano findo naquela data de acordo com as Normas de Contabilidade e Relato Financeiro adotadas em Portugal através do Sistema de Normalização Contabilística.

Bases para a opinião

A nossa auditoria foi efetuada de acordo com as Normas Internacionais de Auditoria (ISAs) e demais normas e orientações técnicas e éticas da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas. As nossas responsabilidades nos termos dessas normas estão descritas na secção “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras” abaixo. Somos independentes da Entidade nos termos da lei e cumpriamos os demais requisitos éticos nos termos do código de ética da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas.

Estamos convictos de que a prova de auditoria que obtivemos é suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião.

Incerteza material relacionada com a continuidade

O Agrupamento, apesar do resultado positivo alcançado neste exercício, manteve a situação deficitária do capital próprio, atualmente negativo no valor de 605.169 euros. De acordo com o estabelecido na Lei n.º 4/73, n.º 2 da Base II, legislação aplicável aos Agrupamentos Complementares de Empresas, as empresas agrupadas respondem solidariamente pelas dívidas do agrupamento.

A nossa opinião não é modificada em relação a esta matéria.



Praceta de Revistas e Associações - Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, Lda.
c/ Porto Bessa Leite Complex, Rua António Bessa Leite, 1430 - 5º, 4250-074 Porto, Portugal
Tel +351 225 433 000 Fax +351 225 433 999. www.pwc.pt
Matriculada na CRC sob o NÚPC 506 608 730, Capital Social Euros 314.000
Inscrita no Livro das Sociedades de Revisores Oficiais de Contas sob o nº 102 e na CAVM sob o nº 2016catg

Praceta de Revistas e Associações - Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, Lda presta o seu serviço aos seus clientes
de Praceta de Revistas e Associações (www.pwc.pt) e em outros locais onde estiverem estabelecidas.
Sede: Rua de São João, 1 - 4º - 1000-000 Lisboa, Portugal

Ênfase

Conforme referido na Nota 14 do anexo às demonstrações financeiras, a responsabilidade por receita a repartir aos operadores da intermodalidade no montante de cerca de 2.952 milhares de euros encontra-se registada na rubrica de Outras dívidas a pagar e, de acordo com o modelo de repartição aprovado pelos participantes da intermodalidade, vão sendo geradas diferenças entre o valor recebido e o valor repartido, devido à natureza do sistema de intermodalidade. A 31 de dezembro de 2016, este montante ascende a 414.093 euros (277.648 euros a 31 de dezembro de 2015). O apuramento do valor efetivo de responsabilidades por receita não repartida, depende de variáveis externas, tais como, perdas de títulos por parte dos utentes, cujo apuramento só será possível com uma série mais longa de dados, o que permitirá, de acordo com os estatutos da entidade, definir o destino do diferencial a apurar.

A nossa opinião não é modificada em relação a esta matéria.

Responsabilidades do órgão de gestão pelas demonstrações financeiras

O órgão de gestão é responsável pela:

- a) preparação de demonstrações financeiras que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira, o desempenho financeiro e os fluxos de caixa da Entidade de acordo com Normas de Contabilidade e Relato Financeiro adotadas em Portugal através do Sistema de Normalização Contabilística;
- b) elaboração do relatório de gestão nos termos legais e regulamentares aplicáveis;
- c) criação e manutenção de um sistema de controlo interno apropriado para permitir a preparação de demonstrações financeiras isentas de distorção material devido a fraude ou erro;
- d) adoção de políticas e critérios contabilísticos adequados nas circunstâncias; e
- e) avaliação da capacidade da Entidade de se manter em continuidade, divulgando, quando aplicável, as matérias que possam suscitar dúvidas significativas sobre a continuidade das atividades.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

A nossa responsabilidade consiste em obter segurança razoável sobre se as demonstrações financeiras como um todo estão isentas de distorções materiais devido a fraude ou erro, e emitir um relatório onde conste a nossa opinião. Segurança razoável é um nível elevado de segurança, mas não é uma garantia de que uma auditoria executada de acordo com as ISAs detetará sempre uma distorção material quando exista. As distorções podem ter origem em fraude ou erro e são consideradas materiais se, isoladas ou conjuntamente, se possa razoavelmente esperar que influenciem decisões económicas dos utilizadores tomadas com base nessas demonstrações financeiras.



Como parte de uma auditoria de acordo com as ISAs, fazemos julgamentos profissionais e mantemos ceticismo profissional durante a auditoria e também:

- a) identificamos e avaliamos os riscos de distorção material das demonstrações financeiras, devido a fraude ou a erro, concebemos e executamos procedimentos de auditoria que respondam a esses riscos, e obtemos prova de auditoria que seja suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião. O risco de não detetar uma distorção material devido a fraude é maior do que o risco de não detetar uma distorção material devido a erro, dado que a fraude pode envolver conluio, falsificação, omissões intencionais, falsas declarações ou sobreposição ao controlo interno;
- b) obtemos uma compreensão do controlo interno relevante para a auditoria com o objetivo de conceber procedimentos de auditoria que sejam apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia do controlo interno da Entidade;
- c) avaliamos a adequação das políticas contabilísticas usadas e a razoabilidade das estimativas contabilísticas e respetivas divulgações feitas pelo órgão de gestão;
- d) concluimos sobre a apropriação do uso, pelo órgão de gestão, do pressuposto da continuidade e, com base na prova de auditoria obtida, se existe qualquer incerteza material relacionada com acontecimentos ou condições que possam suscitar dúvidas significativas sobre a capacidade da Entidade para dar continuidade às suas atividades. Se concluirmos que existe uma incerteza material, devemos chamar a atenção no nosso relatório para as divulgações relacionadas incluídas nas demonstrações financeiras ou, caso essas divulgações não sejam adequadas, modificar a nossa opinião. As nossas conclusões são baseadas na prova de auditoria obtida até à data do nosso relatório. Porém, acontecimentos ou condições futuras podem levar a que a Entidade descontinue as suas atividades;
- e) avaliamos a apresentação, estrutura e conteúdo global das demonstrações financeiras, incluindo as divulgações, e se essas demonstrações financeiras representam as transações e acontecimentos subjacentes de forma a atingir uma apresentação apropriada;
- f) comunicamos com os encarregados da governação, entre outros assuntos, o âmbito e o calendário planeado da auditoria, e as conclusões significativas da auditoria incluindo qualquer deficiência significativa de controlo interno identificada durante a auditoria;

A nossa responsabilidade inclui ainda a verificação da concordância da informação constante do relatório de gestão com as demonstrações financeiras.



Relato sobre outros requisitos legais e regulamentares

Sobre o relatório de gestão

Dando cumprimento ao artigo 451.º, n.º 3, al. e) do Código das Sociedades Comerciais, somos de parecer que o relatório de gestão foi preparado de acordo com os requisitos legais e regulamentares aplicáveis em vigor, a informação nele constante é concordante com as demonstrações financeiras auditadas e, tendo em conta o conhecimento e apreciação sobre a Entidade, não identificámos incorreções materiais.

30 de março de 2017

PricewaterhouseCoopers & Associados
- Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, Lda.
representada por:



Hermínio António Paulos Afonso, R.O.C.